**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

**GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – GM-RIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**

**PE-RP – GM-RIO - Nº \_\_\_/2021**

**UASG: 986001**

1. **INTRODUÇÃO**
   1. – **A GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – GM-RIO**, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** para licitação sob o regime de **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, conforme especificações e quantidades constantes no presente Termo de Referência, Anexo I do Edital.
   2. – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais n° 10.520/02 e nº 8.666/93, pelos Decretos Municipais n° 23.957/04, regulamentado pelo Decreto nº 33.041/2010 alterado pelo Decreto nº 28.055/2007 e 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supracitado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, e pelos Decretos Municipais nº 27.715/07, 31.349/09 e 43.612/2017, com suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal nº 40.285/2015, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.
   3. – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br*,](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/) mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/19, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.
   4. – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.
   5. – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.
   6. - As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br*,](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
   7. – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrôn [*pregoeiro.gmrio@gmail.com*](mailto:%20pregoeiro.gmrio@gmail.com)*.*
      1. – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
   8. – Os interessados poderão formular impugnações ao edital até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [*pregoeiro.gmrio@gmail.com*](mailto:pregoeiro.gmrio@gmail.com).
      1. – A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.
   9. – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.8.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

# AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

* 1. – Autorização do(a) (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº 01/704.853/2019 de 19/11/2019, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_2021.

# DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

* 1. – No dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_2021, às \_\_\_\_\_h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO para REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - GMRIO **-** Nº \_\_\_\_/2021, no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br.*](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
  2. – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

# OBJETO

* 1. – O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE** **PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,** conforme especificações e quantidades constantes no presente Termo de Referência, Anexo I do Edital.

# RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

* 1. – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria.

**PROGRAMA DE TRABALHO:**

**CÓDIGO DE DESPESA:**

**FONTE DE RECURSO:**

* 1. – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II do Edital, totalizando a importância de **R$29.146.260,96** (vinte e nove milhões cento e quarenta e seis mil duzentos e sessenta reais e noventa e seis centavos).

# TIPO DE LICITAÇÃO

* 1. – A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

# ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

* 1. – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III do Edital.
  2. – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.
  3. – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

# PRAZOS

* 1. O Contrato vigorará a partir da assinatura até 12 (doze) meses.
     1. – Os veículos serão entregues de imediato em remessa única após a assinatura do contrato.
  2. – No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 57, II ou IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e das demais normas aplicáveis.
  3. – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.
  4. – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

# CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

* 1. – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão *(http://www.comprasgovernamentais.gov.br.)*
  2. – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
     1. - A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
  3. – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.
  4. - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
  5. – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
  6. – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
  7. – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta.
  8. – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.
  9. - Não será permitida a participação em consórcio.
  10. – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à prévia aprovação do (a) CONTRATANTE, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.
  11. – Não será permitida a participação na licitação de mais de uma sociedade sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.
  12. – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.
  13. – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

# CREDENCIAMENTO

* 1. – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br.*](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
     1. – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.
     2. – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
     3. – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
     4. – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à GM-RIO – Guarda Municipal do Rio de Janeiro, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
     5. – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

# APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

* 1. – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
     1. – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.
  2. – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.
     1. - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
     2. - Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.
     3. - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
        1. - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 11.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
  3. – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a prestação dos serviços, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.
     1. – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no Decreto Municipal nº 18.835/00.
     2. – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.
     3. – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.
  4. – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.
  5. – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.
  6. – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A GMRIO – Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.
  7. – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsávelpelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  8. – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal n.º 31.349/09 e pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.
     1. – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.
     2. – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

# ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

* 1. – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.2.1 - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

12.1.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

* 1. – A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, e, uma vez consideradas com elas compatíveis, serão classificadas, iniciando-se a etapa de lances da qual todos os interessados classificados poderão participar.
  2. – Serão desclassificadas as propostas, sem prejuízo do disposto no item 13.7:

1. cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
2. que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
3. que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação.
   * 1. – A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.
     2. - A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
   1. – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.
   2. – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.
   3. – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.
   4. - Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberto e fechado.
   5. – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
      1. – Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.
      2. – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
      3. – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
      4. – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 19 deste edital.
      5. – A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro.
   6. – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

# JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

* 1. – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária (Anexo II).
     1. - Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenhaapresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) na estimativa orçamentária (Anexo II).
  2. – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.
     1. - Apenas a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, deverão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.
     2. – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.
     3. – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;
4. No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.
   * 1. – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.
     2. - Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
   1. – Inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, conforme previsto no item 13.2, serão observadas, quanto às demais propostas em situação de empate, as preferências dispostas no artigo 3º e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93.
   2. - Persistindo o empate entre as propostas ou os lances mencionados no item anterior, observadas as preferências de contratação asseguradas na legislação, far-se-á o desempate por ordem de cadastramento no sistema, sendo dada preferência à proposta ou ao lance que primeiro tenha sido cadastrado no sistema.
   3. – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.
      1. - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
   4. – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.
   5. – O Pregoeiro desclassificará:
5. – As propostas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital;
6. – As propostas com preço excessivo, consideradas como tais as que excederem o valor do orçamento estimado;
7. – As propostas com preços inexequíveis.
   1. – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.
   2. – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.
   3. – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:
8. O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
9. O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 14 deste edital;
10. Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 14 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
    1. Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
11. A licitante deverá remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, somente quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro. A remessa deverá ser realizada através do Sistema COMPRASNET.
12. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
13. A administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
14. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
    1. – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
    2. – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.
    3. – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br.*](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
    4. – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, à GMRIO – GUARDA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET, **em via física**, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no endereço: **Avenida Pedro II, 111 – 3º andar – CEP.: 20.940-070 – Rio de Janeiro/RJ.** Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notações ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a recusa do mesmo em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

# HABILITAÇÃO

* 1. – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item

13.1 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

1. Documentação relativa à habilitação jurídica;
2. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
3. Documentação relativa à regularidade fiscal;
4. Documentação relativa à regularidade trabalhista;
5. Documentação relativa à qualificação técnica.
   * 1. – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens para os quais oferecerá proposta.
   1. - Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.
   2. – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.
      1. - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos, na forma do inciso I do §1º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93.
   3. - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
      1. - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 14.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

# - HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício. (A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e do artigo 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01, na forma do Anexo IX.

# – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO ILG =

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE ILC =

PASSIVO CIRCULANTE

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE IE =

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, esta deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento)*,* nos termos do artigo 31, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

# – REGULARIDADE FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços **e** certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza **e** certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1.) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) - No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

# – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Municipal nº 23.445/03.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

# – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

(E.2) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.3) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.4) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivosconteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 90, 101 e 102, da Lei Federal nº 8.666/93. Se o objeto assim exigir, incluir as seguintes previsões:

(E.5) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo X, quando for o caso.

(E.6) Prova de inscrição no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – ou comprovante de que a licitante não está obrigada a se inscrever no referido cadastro. Se o objeto assim exigir, incluir a seguinte previsão:

* 1. – Os documentos necessários à habilitação da licitante farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação destes na forma do art. 32 da Lei Federal n° 8.666/93, com exceção da proposta de preço e declarações firmadas pela licitante, que só serão aceitas no original.
  2. – O Pregoeiro poderá diligenciar para verificar a regularidade da licitante relativa às condições de habilitação por intermédio de quaisquer meios, fazendo consultas, inclusive via internet, e vistorias, podendo, até mesmo, suspender a sessão para tanto. A licitante poderá suprir eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que o faça no curso da própria sessão pública e até a decisão sobre a habilitação.
  3. – Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Subsecretário de Gestão da Secretaria Municipal de Ordem Pública, na hipótese de existência de recursos, observando-se o disposto no item 15.5.
  4. – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender quaisquer das exigências previstas neste Edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
  5. – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.
  6. – Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelas licitantes presentes.

# RECURSOS

* 1. – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo nele estabelecido.
  2. – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
  3. – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
  4. – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.
  5. – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.
  6. – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.
  7. – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
  8. – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
  9. – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na Minuta de Contrato (Anexo V).

# CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

* 1. – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
  2. – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br.*](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)
     1. – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.
  3. - A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.
     1. – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico: [*http://www.comprasgovernamentais.gov.br*.](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/)

# SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

* 1. – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.
     1. – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem os serviços licitados, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação dos serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.
     2. – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Municipal que não tenha participado do certame licitatório, limitado ao quantitativo máximo previsto na Ata, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantajosidade financeira para ambos.
  2. – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.
  3. – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.
  4. – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo III).
  5. – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.
  6. – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.
  7. – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados em pesquisa.
  8. – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.
  9. – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação dos serviços por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço obtido no certame for igual ao registrado.
  10. – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso VII, da Lei Federal nº 8.666/93.

# FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

* 1. – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a GM-RIO – Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiroe as licitantes vencedoras.
  2. – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.
  3. – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a GM-RIO – Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiroo direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes respeitadas à ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.
  4. – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

# CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

* 1. – A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público;
  2. – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:
     1. – Por iniciativa da Administração:

1. quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
3. quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;
4. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
   * 1. – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

# - GARANTIA

* 1. – A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a conclusão da contratação, prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
     1. – No caso de seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.
     2. – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Municipal nº 26.244/06.
  2. – A CONTRATANTE utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.
  3. – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
  4. – Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.
  5. – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela CONTRATANTE , o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.
  6. – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.
  7. – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.
  8. – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
  9. – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do artigo 465, do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

# CONTRATAÇÃO

* 1. – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo V, a Minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.
  2. – A execução dos serviços que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitada pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATARIA, através de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.
  3. – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.
  4. – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.
  5. – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.
  6. – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará o refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
  7. – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.
  8. – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.
  9. – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados.
  10. – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à (ao) setor(es) do órgão ou entidade licitante responsável pela fiscalização do contrato.

# CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

* 1. – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE e obedecido o disposto na legislação.
  2. – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.
     1. – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a GMRIO – Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiroesteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.
  3. – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VIII.
  4. – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento.
  5. – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE .
  6. – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo(a) CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

# REAJUSTE

* 1. – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente.
  2. – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

*R = Po [(I-Io)/Io]*

*Onde:*

*R = valor do reajuste;*

*I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;*

*Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da assinatura do Contrato ou ao da retirada do instrumento equivalente;*

*Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.*

* 1. – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no item anterior.

# SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. – A recusa das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços e das empresas beneficiárias em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente dodisposto no subitem 21.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 24.2.
  2. – Pelo descumprimento total ou parcial da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, o Órgão Gerenciador e os(as) CONTRATANTES, respectivamente, poderão, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e 87 da Lei Federal n° 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

1. Advertência;
2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
   1. – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 24.2, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do item 24.2, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
   2. – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 24.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 24.2, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.
   3. – A sanção prevista na alínea “e” do item 24.2 poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:
6. sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
7. praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
8. demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.
   1. – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 24.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
   2. – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.
   3. – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

# FORO

* 1. – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

# DISPOSIÇÕES FINAIS

* 1. – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.
  2. – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na GM-RIO – Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.
  3. – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.
  4. – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.
  5. – Fazem parte integrante deste Edital:

|  |  |
| --- | --- |
| **Anexo I** | Termo de Referência |
| **Anexo II** | Quadro Estimativo de Valores |
| **Anexo III** | Minuta de Ata de Registro de Preços |
| **Anexo IV** | Minuta da Ordem de Execução do Serviço |
| **Anexo V** | Minuta de Contrato |
| **Anexo VI** | Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/03 |
| **Anexo VII** | Modelo de proposta |
| **Anexo VIII** | Declaração de Regularidade Trabalhista |
| **Anexo IX** | Declaração ref. ao artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e artigo  2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/01 |
| **Anexo I-A** | Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa - Decreto Municipal nº 43.652/17 – CONTRATANTE |
| **Anexo I-B** | Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa -  Decreto Municipal nº 43.652/17 – LICITANTE |

26.7 – Este Edital contém ( ) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, de de .

José Ricardo Soares da Silva

Inspetor Geral da Guarda Municipal

Matrícula 632.703-5 ? 850.401-1

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES,** com condições e quantidades definidas nos lotes I e II deste Termo de Referência.

**2. DAS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO**

A execução dos serviços propostos atenderá com maior celeridade e economicidade a realização de serviços afetos à gestão, locação e manutenção da frota da Guarda Municipal, visando otimizar o trato com o bem público, estabelecendo-se mecanismos aglutinadores de eficiência e eficácia, utilizando ferramentas úteis que viabilizem sua análise e gestão, aliado a um controle gerencial moderno e eficiente. Os serviços de gerenciamento de frota mostram-se essenciais ao regular desempenho das atividades a cargo da Guarda Municipal, cujos veículos em uso devem apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, a disposição do serviço sempre demandados e, no caso de situações emergenciais, receber o atendimento e assistência devidos, proporcionando condições de segurança aos seus usuários diretos e indiretos.

O caráter geograficamente difundido das ações que exigem utilização da frota demanda uma articulação, em termos temporais e espaciais, em que a gestão logística é fator essencial para o resultado da ação. A dissociação entre esses serviços, de locação e manutenção, deixa a Guarda Municipal, demasiadamente vulnerável a ocorrências desfavoráveis. Na solução integrada a ser contratada, a combinação entre o atendimento ágil com eficiência logística e à vantajosidade econômica seria buscada mediante a prospecção, em contexto de ampla competitividade, de proposta que oferte a necessária conveniência do gerenciamento integrado com os menores custos pelo fornecimento dos serviços em questão

**2.1. CENÁRIO**

2.1.1 - Para o cumprimento de sua missão de patrulhamento preventivo no Município do Rio de Janeiro, a Guarda Municipal possui por dever proteger bens, serviços e instalações municipais, fiscalizar, organizar e orientar o tráfego de veículos, proteger o meio ambiente, o patrimônio histórico, cultural, ecológico e paisagístico, assim como colaborar com as ações de defesa civil.

2.1.2 - Os desafios impostos a essas atividades têm se mostrado cada vez maiores devido ao crescimento urbano, que amplia e transforma conflitos e problemas sociais, à medida que o crescimento econômico afeta os índices de criminalidade, tornando o cidadão cada vez mais vulnerável.

2.1.3 - Nesse contexto, o patrulhamento preventivo motorizado, realizado pela GM-Rio, possui grande importância no combate as infrações. Ademais, visando manter a eficiência, eficácia e principalmente a efetividade do trabalho de prevenção e de repressão aos inúmeros delitos praticados no âmbito da Cidade é fundamental promover a manutenção com modernização da gestão da frota de veículos.

2.1.4 - Não obstante, a GM-Rio, dado ao tamanho e composição de sua estrutura organizacional, também desenvolve rotinas administrativas, havendo a necessidade de possuir veículos para transporte de servidores e documentações, os quais serão gerenciados preferencialmente no formato de “*pool”*.

**2.2. JUSTIFICATIVA PARA AS MOTOCICLETAS**

2.2.1 - O veículo motocicleta semicaracterizada, Item I, tem por finalidade atender o transporte de documentação administrativa e pequenos equipamentos entre as unidades operacionais e administrativas, no menor espaço de tempo possível, visando dar maior celeridade a rotina administrativa da Instituição, uma vez que a sede administrativa da Guarda Municipal fica instalada no bairro de São Cristóvão e suas unidades operacionais estão permeadas por toda a Cidade.

2.2.2 O veículo motocicleta descaracterizada, Item II atenderá especificamente as atividades reservadas, propiciando segurança e agilidade nas ações de inteligência e corregedoria, além de atender as necessidades peculiares dessas áreas. Por isso a importância da descaracterização desses veículos, além de cores atípicas, com objetivo de utilização velada ou discreta na execução de ações de combate à desordem urbana, criminalidade inerente ao serviço de Ronda Ostensiva de Monitoramento Urbano - ROMU, averiguações de denúncias, e melhores condições aos trabalhos de prevenção e repressão aos crimes que necessitam de ações não ostensivas realizadas pela GM-Rio, seja por iniciativa própria ou por solicitações dos demais órgãos públicos.

2.2.3. O veículo motocicleta caracterizada do item III, será utilizado para escolta de autoridades, bem como atuação do grupamento de operações especiais em locais de difícil acesso, permitindo assim melhor deslocamento dos guardas municipais na cidade.

**2.3. JUSTIFICATIVAS PARA OS VEÍCULOS UTILITÁRIOS**

2.3.1 - O veículo previsto no Item IV, prevê a carroceria aberta pois a Autarquia constantemente apoia operações de fiscalização de posturas municipais e controle urbano, realizando, inclusive, o transporte de mercadorias/equipamentos apreendidos e equipamentos diversos. Esses veículos também atendem aos Grupamentos Especiais de Trânsito no transporte de itens como: cones, grades, canalizadores e etc. A Guarda Municipal como braço operacional da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP e força de segurança pública da Prefeitura também dá suporte ao Centro de Operações e Resiliência - COR, visando auxiliar os cidadãos nas ocorrências envolvendo fenômenos climáticos em que se faça necessário a transposição de cursos d’água que podem ser melhor superados, considerando a altura desses veículos. Não obstante, os veículos dos itens VI, VII, VIII, X, XII, assim como o presente, atenderão a atividade fim da Guarda Municipal, sendo empregados no patrulhamento preventivo diariamente. Para tanto, deverão possuir características ostensivas, razão pela qual deverão ter instalado sinalizadores visuais, sirenes eletrônicas e adesivação no padrão dos veículos operacionais da Autarquia, aprovados pela Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL, por meio de seu setor de publicidade.

2.3.2 - O veículo adaptado, citado no Item VI, possui características especiais para atendimento ao Grupamento Especial de Cães de Guarda (GCG), tendo em vista sua função de patrulhar as ruas, monumentos e prédios públicos da cidade, bem como auxiliar a Defesa Civil Municipal em ações especiais, como o resgate de pessoas perdidas em matas e em buscas de vítimas de deslizamentos e desabamentos, utilizando cães treinados.

2.3.3 - O veículo descrito no Item VII, atenderá ao Grupamento de Defesa Ambiental (GDA), que devido sua missão de auxiliar órgãos oficiais de preservação, nas ações contra crimes ao meio ambiente, atende a denúncias contra crimes ambientais como: aterros e construções irregulares, despejo de poluentes, apreensão de animais, incêndios, dentre outros. Logo, necessita de viaturas com características singulares, para transposição nos mais acidentados terrenos: reservas, florestas, estradas de terras, morros e rios. O GDA também realiza a captura de animais silvestres, necessitando de ambiente adequado para seu transporte, além disso, seus veículos precisam ter compartimento para o transporte de ferramentas e equipamentos que auxiliem seus agentes. Já a instalação do guincho elétrico na parte frontal visa auxiliar na transposição de obstáculos, desobstrução de logradouros e apoio em ações de salvamento. O grupamento também faz uso de carreta rodoviária para o transporte de embarcações, razão pela qual a instalação do engate de reboque na parte traseira. O modelo de pneu especificado tem por finalidade ampliar o contato do veículo com o terreno onde estiver sendo empregado, melhorando sua tração. O veículo em tela é constantemente empregado no período noturno, em ambientes sem iluminação, razão pela qual o fornecimento de farol auxiliar móvel é de grande importância nas ações dos agentes.

2.3.4 - O veículo previsto no Item VIII atenderá aos Grupamentos Especiais de Trânsito, no transporte de cones e canalizadores, bem como outros materiais que auxiliem no fechamento de ruas e realização de reversões.

2.3.5 - Os veículos com características blindadas, destinado ao uso de representação, contido no Item IX, atenderá ao posto de comando mais elevado da Instituição (Inspetor Geral), responsável por todas as ações de repressão e prevenção as ilegalidades combatidas pela GM-Rio. Desta forma, embora a Instituição atue desarmada, pessoas que se sentirem prejudicadas devido a atuação da Autarquia no cenário da segurança e ordem pública podem atentar contra a vida de seu dirigente, que tem necessidade constante de deslocamento para participar de operações e compromissos administrativos.

2.3.6 - As Pick ups médias, constantes nos Itens IV, V, VI, VII e VIII, e o micro-ônibus, constante no Item X, foram especificados com para-choque de impulsão (quebra-mato), face suas características de altura e força auxiliarem no desbloqueio de barreiras, visando a desobstrução de logradouros, por ocasião de eventos climáticos, em situações que envolvam quedas de árvores, bem como transpor barricadas instaladas por manifestantes.

2.3.7 - O veículo tipo micro-ônibus (VAN), explicitado no Item X, será designado para transporte de efetivos, como: corpo discente e docente da Academia de Ensino da Guarda Municipal, banda de músicos, destacamento representativo para eventos e cerimonias e guardas municipais em operação, dentre outras atribuições.

2.3.8 - O veículo do Item XII, será especialmente adaptado para o transporte de guardas, especializados e equipados, bem como semoventes (cães treinados), com a missão de patrulhar as ruas, monumentos e prédios públicos da cidade, bem como auxiliar a Defesa Civil Municipal em ações especiais, como o resgate de pessoas perdidas em matas e em buscas de vítimas de deslizamentos e desabamentos.

2.3.9 - O veículo do Item X, atenderá a Instituição durante suas operações rotineiras, pois possibilitará o transporte de materiais/equipamentos que não puderem ser transportados nas pick-ups, devido ao seu tamanho ou fragilidade, visando atender ao planejamento logístico da Autarquia.

2.3.10 - Os veículos previstos nos Item V atenderá a atividade fim e meio da Guarda Municipal, destinando-se ao transporte de servidores que atuam nas atividades operacional e administrativa, os quais precisam se deslocar para participarem de reuniões de planejamento, inclusive em outros órgãos, bem como realizar supervisão e suporte nas operações. Não obstante, faz-se necessário, para os casos de emergência, que esses veículos sejam dotados com sirene eletrônica, a fim de agilizar seu deslocamento no trânsito.

**2.4. JUSTIFICATIVA PARA OS VEÍCULOS HACTH E SEDAN**

2.4.1 - O veículo previsto no Item XIII atenderá a atividade fim da Guarda Municipal, sendo empregados no patrulhamento preventivo diariamente. Para tanto, deverão possuir características ostensivas, razão pela qual deverão ter instalado sinalizadores visuais, sirenes eletrônicas e adesivação no padrão dos veículos operacionais da Autarquia, aprovados pela Secretaria Municipal da Casa Civil – CVL, por meio de seu setor de publicidade.

2.4.2 - O veículo do tipo sedan, previsto no Item XIII, apresenta-se mais viável para a execução dos serviços operacionais da Guarda Municipal, devido seu compartimento de carga permitir melhor acomodação de diversos equipamentos como: cones, sinalizadores, EPI, escudos, capacetes, bastões, instrumentos de menor potencial ofensivo - IMPO, coletes táticos, possibilitando ao agente estar pronto ao enfrentamento de situações adversas até o recebimento do adequado reforço.

2.4.3 - O veículo previsto no Item XIV atenderá a atividade fim e meio da Guarda Municipal, destinando-se ao transporte de servidores que atuam nas atividades operacional e administrativa, os quais precisam se deslocar para participarem de reuniões de planejamento, inclusive em outros órgãos, bem como realizar supervisão e suporte nas operações. Não obstante, faz-se necessário, para os casos de emergência, que esses veículos sejam dotados com sirene eletrônica, a fim de agilizar seu deslocamento no trânsito.

2.4.4 – Os veículos previsto nos itens II e XV atenderá especificamente as atividades reservadas, propiciando segurança e agilidade nas ações de inteligência e corregedoria, além de atender as necessidades peculiares dessas áreas. Por isso a importância da descaracterização desses veículos, além de cores atípicas, com objetivo de utilização velada ou discreta na execução de ações de combate à desordem urbana, criminalidade inerente ao serviço de Ronda Ostensiva de Monitoramento Urbano - ROMU, averiguações de denúncias, e melhores condições aos trabalhos de prevenção e repressão aos crimes que necessitam de ações não ostensivas realizadas pela GM-Rio, seja por iniciativa própria ou por solicitações dos demais órgãos públicos.

2.4.5 - No tocante ao veículo administrativo, Item XVI e XVII, estes visam atender aos deslocamentos dos servidores que exercem funções exclusivamente na atividade meio, para reuniões no âmbito da municipalidade, bem como com outros entes federativos e poderes. Também são empregados no transporte de documentos e serão gerenciados preferencialmente por meio do sistema de “*pool”*.

2.4.6 - A GM-Rio, em razão de suas atividades, possui uma ampla estrutura organizacional e extensa produção de documentos para atender a municipalidade e outros entes federativos, compreendendo vários níveis de chefia. Seus servidores, constantemente, necessitam participar de compromissos profissionais fora de sua sede administrativa, bem como documentos precisam ser conduzidos, muitas das vezes obedecendo-se a prazos fixados, justificando, desta forma, a quantidade de veículos disponibilizados para atender a sua atividade meio, o que deverá ocorrer preferencialmente em forma de “*pool”*.

**2.5. JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO NOS VEÍCULOS DA FROTA PRÓPRIA**

Os veículos previstos no LOTE I, itens I, II e III, deste Termo de Referência, compõem a frota própria da Autarquia e a empresa vencedora do referido lote da licitação deverá ser responsável por sua manutenção preventiva e corretiva, conforme definido no tópico 3.2.2. Tais veículos são empregados continuamente nas missões ordinárias e extraordinárias da GM-Rio.

**2.6. DA JUSTIFICATIVA DO COMBUSTÍVEL.**

Para as pick-ups de médio porte e vans, previstas nos Itens IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, será adotado o combustível diesel, por proporcionar maior economia, tendo em vista, que o abastecimento de toda a frota locada ou própria será de responsabilidade da contratante.

**3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1. GESTÃO E CONTROLE DA FROTA**

3.1.2 - A CONTRATADA emitirá, por meio de seus prepostos, “RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE”, que deverá estar devidamente sistematizado e informatizado, em planilha compatível com pacote “OFFICE” apresentando-se da seguinte forma:

**RELATÓRIO MENSAL SINTÉTICO DE CONTROLE DE FROTA**, contemplando a frota global, contendo obrigatoriamente as seguintes colunas:

1. Número do Prefixo: (número do carro atribuído pela fiscalização para cada veículo do contrato).
2. Dias trabalhados (número de dias de utilização da viatura).
3. Número do contrato a que o veículo pertence.

3.1.3 - Os relatórios deverão ser entregues até a data da medição para faturamento, devendo ser fornecidos tanto em meio digital, admitida a transmissão por e-mail, quanto impressos, contendo a assinatura do responsável administrativo da CONTRATADA pela frota.

3.1.4 - A fiscalização procederá à análise dos dados dos referidos relatórios, podendo solicitar, a qualquer tempo, a apresentação dos RELATÓRIOS DESCRITIVOS utilizados na confecção dos RELATÓRIOS MENSAIS SINTÉTICOS acima descritos, bem como, de quaisquer documentos específicos que tenham gerado tais dados.

3.1.5 - A empresa CONTRATADA deverá ainda apresentar à Fiscalização, mensalmente, LAUDO TÉCNICO, indicando estar a frota apta para o mês seguinte, atestando as boas condições de operação e segurança de cada veículo que compõe a frota, inclusive os veículos de reserva.

3.1.6 - Os veículos deverão estar relacionados por placa, incluindo os veículos em manutenção e/ou sem condições de uso, especificando o motivo que justifique seu afastamento da frota.

3.1.7 - O LAUDO TÉCNICO deve estar assinado pelo responsável da CONTRATADA e Certificado por profissional registrado no CREA-RJ, nas especificações de Mecânica e Eletricidade Automotrizes. Este laudo deverá ser apresentado juntamente com o faturamento mensal, consistindo em sua apresentação condição básica para atestação do faturamento por parte da fiscalização da CONTRATANTE.

3.1.8 - A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE, na primeira reunião com a fiscalização, o número do Registro no CREA-RJ, do profissional responsável pela frota, e fornecer cópia da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e do comprovante de pagamento da mesma, com validade igual ao período do Contrato.

3.1.9 - No primeiro mês de medição será dispensada a apresentação deste laudo, se for confirmado na vistoria prévia que todos os veículos do contrato são 0 (zero) KM.

3.1.10 -Os veículos que compõem a Frota ficarão parqueados dentro das instalações da GM-RIO, que disponibilizará local para a guarda dos mesmos. Os empregados da CONTRATADA responsáveis pelo controle de manutenção poderão fazer uso espaço físico na sede da Guarda Municipal, na Avenida Pedro II, nº 111 – São Cristóvão – RJ.

3.1.10.1 - Os insumos necessários para o funcionamento do posto de trabalho dos prepostos serão de responsabilidade da CONTRATATADA, como mobiliário, ar condicionado, estrutura física (Pintura, iluminação, porta etc.), tecnologia da informação e comunicação (computadores, impressoras, telefones, internet, etc.) e insumos administrativos (papel, canetas e demais materiais de escritório).

3.1.11 - As manutenções periódicas preventivas e corretivas dos veículos locados deverão ocorrer nas instalações da empresa CONTRATADA ou onde por ela indicado, o mesmo devendo ser observado para a frota própria de veículos da CONTRATANTE, relacionados por ocasião do processo licitatório ou alterados mediante concordância de ambas as partes durante a vigência do contrato celebrado.

3.1.12 - A CONTRATADA deverá manter “*staff”* em quantidade suficiente para atender em prazo hábil todos os serviços necessários a manutenção do contrato com a CONTRATANTE, como lavadores de veículos, condução e transporte de veículos próprios e locados para oficinas e demais formalidades administrativas (vistoria em órgãos de fiscalização e licenciamento), gestão dos documentos dos veículos, responsável pelo gerenciamento de seu pessoal, bem como avaliadores dos veículos em caso de sinistro ou defeitos relatados, os quais deverão estar disponíveis sempre que necessários.

3.1.13 – Na gestão da frota estarão incluídos os custos destes serviços.

**3.2 GESTÃO E CONTROLE DA FROTA PRÓPRIA DA GUARDA MUNICIPAL**

3.2.1 - Os veículos pertencentes a frota própria da GUARDA MUNICIPAL, disponibilizados para manutenção corretiva e preventiva, deverão sofrer vistoria prévia das licitantes interessadas, que deverão assinar termo de aceitação das condições dos mesmos, termo este que deverá ser apresentado durante a fase de habilitação, e descreverá, de forma sucinta, as condições apresentadas pelos veículos assim como sua aceitabilidade aos mesmos, de acordo com os itens constantes do Termo de Referência.

3.2.2 - A manutenção corretivo-preventiva dos veículos pertencentes à frota da GM-Rio, deverá ser realizada, em toda frota, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato abrangendo os seguintes quesitos mínimos:

1. Arrefecimento
2. Bateria
3. Baús
4. Capotaria
5. Corrente de transmissão
6. Elétrica em Geral
7. Embreagem
8. Sistema de freios
9. Injeção Eletrônica
10. Lanternagem
11. Lâmpadas, lanternas, faróis e setas
12. Manutenção de Direção Hidráulica
13. Manutenção de Giroscópio
14. Manutenção de Refrigeração
15. Troca de Óleo e Lubrificantes
16. Manutenção de Retífica e Caixa de Marcha
17. Manetes e empunhaduras
18. Mecânica Geral
19. Motor
20. Pintura
21. Plotagem (adesivação)
22. Retrovisores
23. Reparo e substituição de pneus ou câmaras de ar por avaria ou desgaste
24. Reparo e substituição de rodas
25. Substituição de Vidros
26. Suspensão

3.2.3 - No preço da manutenção preventiva e corretiva da frota existente, deverá estar incluído o custo de todas as peças e componentes necessários para o funcionamento e utilização dos veículos que a compõem.

3.2.4 - Os veículos já pertencentes à frota da GM-Rio, em caso de sinistro, deverão ser reparados de imediato pela CONTRATADA, em oficina acreditada de sua escolha. A CONTRATANTE se incumbirá de apurar a responsabilidade pelo evento e constatada a culpabilidade do condutor da GM-Rio deverá ressarcir a CONTRATADA, posteriormente a entrega dos veículos reparados.

3.2.4.1 – No caso da responsabilidade do sinistro for de terceiro, as despesas pelo reparo deverão correr por conta deste e na falta de acordo entre as partes, a contratada poderá acionar judicialmente o causador do evento.

3.2.5 - A CONTRATADA, por ocasião da ocorrência de sinistros envolvendo os veículos já pertencentes a CONTRATANTE, deverá apresentar 3 (três) orçamentos juntamente com a nota fiscal de reparo, como forma de comprovar que a cobrança ocorrerá sobre o de menor valor**.**

**3.2.6. MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Deverá ser executada após decorridos 3 (três) meses da manutenção corretiva, ou 10.000Km, o que ocorrer primeiro e obedecer às orientações do manual do fabricante, em conformidade com as determinações da Coordenadoria de Transportes;

3.2.6 - O prazo de restituição dos veículos de propriedade da GM-Rio, após a manutenção preventiva e corretiva, bem como sinistros, será de 07 (sete) dias, prorrogáveis por até 28 (vinte e oito) dias dependendo da extensão da avaria dano.

3.2.7 - As manutenções preventivas e corretivas, conforme previsto no tópico 3.2.2, da frota de veículos de propriedade da GUARDA MUNICIPAL, deverão ocorrer nas instalações da empresa contratada ou onde for por ela indicado às suas expensas.

3.2.8 - O serviço de reboque dos veículos da frota própria e locada avariados será de inteira responsabilidade da contratada, bem como, o transporte para os locais indicados, segundo tópico 3.1.12.

3.2.8.1 – O serviço mencionado no item anterior atenderá 24 horas, sendo o prazo máximo para atendimento das solicitações de resgate de 2 horas, após contactado.

3.2.9 -O serviço de lavagem simples e completa compreende a lavagem interna e externa dos veículos da contratante e locados, com a utilização de produtos adequados como: aplicação de cera e polimento, sendo realizados quando solicitados pela CTR, e deverão ocorrer nas instalações da empresa contratada ou onde for por ela indicado.

3.2.10 - Em casos de necessidades, a Coordenadoria de Transportes da GM-Rio poderá substituir os veículos previstos na listagem de manutenção corretiva e preventiva, respeitando sempre o mesmo modelo/tipo.

3.2.11 - A Contratada deverá devolver a viatura com a mesma quantidade de combustível que lhe foi entregue na abertura da Ordem de Serviço, independente do serviço a ser realizado.

3.2.12 - Os deslocamentos dos veículos para as oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverá ser realizado por pessoal desta, trajando uniforme, e os veículos deverão ser identificados minimamente nas portas dianteiras com a informação: “EM MANUTENÇÃO”, sendo expressamente proibido o uso do giroflex e sirene.

3.2.13 -A aquisição de pneus, instalação e manutenção (Furos ou pequenos vazamentos) dos veículos próprios da CONTRATANTE ocorrerá à custa da CONTRATADA.

**3.3 GESTÃO E CONTROLE DA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

3.3.1 -A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos para locação nos tipos, quantidades e reservas**, conforme quadro abaixo:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | **Qtd.** | **Reserva**  **10%** |
| Motocicleta Operacional Semicaracterizada 300 CC | 5 | 1 |
| Motocicleta Operacional Descaracterizada 300 CC | 6 |
| Motocicleta Operacional Caracterizada 750 CC | 6 | 1 |
|  |  |
| Pick-up média caracterizada para emprego na atividade operacional | 57 | 6 |
| Pick-up média semi-caracterizada para emprego na atividade operacional | 5 |
| Pick-up média operacional adaptada para transporte de cães | 1 |
| Pick-up média operacional adaptada para defesa ambiental | 2 |
| Pick-up média blindada destinado à representação | 1 |
| Pick-up leve caracterizada para emprego na atividade operacional | 12 | 1 |
| HATCH caracterizado destinado à atividade operacional | 81 | 11 |
| HATCH semicaracterizado destinado à atividade operacional | 08 |
| HATCH descaracterizado destinado à atividade operacional | 9 |
| HATCH destinado à atividade administrativa | 6 |
| Sedan destinado à atividade administrativa | 5 |  |
| Micro-ônibus (VAN) destinado à atividade operacional | 26 | 3 |
| Micro-ônibus (VAN) destinado a transporte de carga | 1 |  |
| Micro-ônibus (VAN) operacional adaptado para o transporte de cães | 2 |  |
| **Total de veículos** | 233 | **23** |

3.3.2 - Todos os tipos de veículos licitados estarão em estrita observância ao presente Termo de Referência, a fim de serem vistoriados pela Fiscalização da CONTRATANTE com vistas à emissão da Ordem de Execução dos Serviços, em até **60 (sessenta) dias corridos** após a assinatura do Contrato, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e no Contrato.

3.3.3 - Na data da vistoria, os veículos deverão:

1. Ter no máximo 12 (doze) meses de fabricação;
2. Possuir quilometragem máxima igual a 1.000 km;
3. Estar com a documentação regular (paga e dentro do prazo de validade para CRLV e DPVAT), e contendo em seu corpo, obrigatoriamente, o nome de **pessoa jurídica** (a cópia do CRLV deverá ser fornecida à fiscalização, a qual será confrontada com o documento original, no ato da vistoria inicial);
4. Obrigatoriamente licenciados no Município do Rio de Janeiro;
5. Possuir seguro do casco e contra danos materiais e pessoais a terceiros e aos usuários (cópia autenticada da apólice deverá ser fornecida à fiscalização, no prazo máximo de 30 dias após a primeira vistoria).
6. Ter, motor a gasolina ou flex para os veículos hatch, sedan, pick-up leve e motocicletas, motor a diesel para as pick-up média, Van ou micro-ônibus.
7. Estar limpos e em perfeito estado de conservação, tanto em relação à mecânica como ao seu interior e carroceria, com pneus calibrados, e reservatórios de óleo, água, etc.
8. Toda a substituição eventual deverá ser feita por veículo reserva, do mesmo modelo definido neste Projeto, e que atenda a todas as especificações constantes deste Termo de referência, sempre com o conhecimento e autorização prévia da fiscalização do contrato.
9. Caso não seja possível a troca por modelo idêntico, a contratada estará sujeita ao desconto proporcional ao valor da viatura (correspondente à diária), caso a substituição ultrapasse 24hs.
10. Estar com o layout de adesivação conforme Tópico 5.

3.3.3.1 - Após a vistoria, todos os veículos serão dotados dos equipamentos necessários para a operacionalidade, podendo existir intervenções para tais instalações, como:

1. Rádio comunicador, que será fornecido pela Contratante, com o sistema utilizado pela GM-Rio que permita a conversação permanente e total, sem falhas ou interrupções em todo o Município do Rio de Janeiro.

3.3.4 - No preço da locação deverá estar incluído o custo da manutenção preventiva e corretiva dos veículos locados, da padronização visual e caracterização dos veículos, e da disponibilidade de 1 (um) veículo reserva para cada um dos tipos licitados, conforme previsto e especificado no presente Termos de Referência, respeitando a regra de proporcionalidade do item 3.3 do Termo de Referência.

3.3.4 - Os veículos deverão estar à disposição da GM-Rio, por 24 (vinte e quatro) horas e distribuídos nos horários e locais definidos pela GM-Rio, quando da primeira apresentação, em perfeitas condições de utilização para operar, isto é, limpos e com a inspeção básica de manutenção efetuada.

3.3.5 - Todos os veículos deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, e poderão ser usados a qualquer tempo, de acordo com as necessidades da GM - Rio.

3.3.6 - Os veículos deverão ficar parqueados dentro das instalações da GM-Rio, que disponibilizará local para a guarda dos mesmos, bem como local para os empregados da adjudicatária responsáveis pelo controle de manutenção.

3.3.7 - As manutenções periódicas preventivas bem como a corretiva dos veículos locados deverão ocorrer nas instalações da empresa contratada ou onde por ela indicado às suas expensas.

3.3.8 - O serviço de reboque dos veículos da frota própria e locada avariados será de inteira responsabilidade da contratada, bem como, o transporte para os locais indicados, segundo tópico 3.1.12.

3.2.8.1 – O serviço mencionado no item anterior atenderá 24 horas, sendo o prazo máximo para atendimento das solicitações de resgate de 2 horas.

3.3.10 - Os veículos terão que estar obrigatoriamente caracterizados, disponibilizados e aptos para vistoria por parte da CONTRATANTE, conforme o prazo estabelecido no Item 3.3.1.

3.3.11 - Os veículos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser registrados e emplacados no Município do Rio de Janeiro, inclusive aqueles fornecidos em substituição.

3.3.12 - As notificações de infrações de trânsito recebidas pela CONTRATADA, deverão ser entregues a CONTRATANTE em até 48 horas de seu recebimento. A CONTRATANTE deverá, em prazo de 7 dias corridos, desenvolver recurso administrativo para ser entregue a CONTRATADA, juntamente com as cópias de documentos necessários para a comprovação do real infrator, sempre que este pertencer a seus quadros de servidores da CONTRATANTE.

3.3.13 - A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE cópia de documentação em que se confirme a interposição de recurso administrativo por infração de trânsito, junto aos órgãos competentes para o recebimento destes, em prazo de 5 dias uteis.

**4. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS**

**4.1 GERENCIAMENTO DA FROTA PRÓPRIA DA GUARDA MUNICIPAL**

|  |
| --- |
| **LOTE I** |
| **NOME PADRONIZADO:** Gerenciamento e manutenção da frota de veículos da Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-Rio, por um período de 36 (trinta e seis) meses**.**  **EXECUÇÃO DO GERENCIAMENTO - DESCRIÇÃO DETALHADA:**  Gestão e manutenção da frota de veículos da GUARDA MUNICIPAL, conforme especificações: manutenção preventiva e corretiva dos ***153 (cento e cinquenta e três) veículos*** ***próprios*** da GM-Rio; definição das oficinas para manutenção preventiva e corretiva dos veículos; verificação da manutenção dos veículos nas oficinas; controle dos veículos em manutenção e acidentados; controle de lavagem de veículos; vistoria dos equipamentos obrigatórios dos veículos; serviço de resgate de veículos nas unidades da Instituição e o transporte para os locais indicados, condução dos veículos para manutenção preventiva e corretiva, devendo o funcionário estar devidamente uniformizado e portando crachá de identificação; emitir Relatório Mensal de Controle total da frota, que deverá estar devidamente sistematizado e informatizado.  *Obs. A CONTRATADA deverá:*  Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na requisição de serviços neste Termo de Referência; ter pessoal suficiente para executar os serviços solicitados; se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores; se responsabilizar, na forma do contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término. A CONTRATADA deverá devolver a viatura com a mesma quantidade de combustível que lhe foi entregue na abertura da Ordem de Serviço, independente do serviço a ser realizado. |
| **Código de Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 1 (um) |
| **Valor Unitário Mensal:** R$ |
| **Valor Total em 36 meses:** R$ |

**4.1.1 MANUTENÇÃO DA FROTA PRÓPRIA DA GM-RIO**

|  |
| --- |
| **ITEM I – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS** |
| **Descrição**: capotaria, lanternagem, retrovisores, elétrica em geral, embreagem, freio, injeção eletrônica, manutenções de giroscópio, bateria, retifica de marcha, mecânica geral, motor, pintura, plotagem, baú, suspenção, pneus, câmara, aro, troca de óleo e lubrificantes, faróis, lanternas, setas, lâmpadas, de acordo com as necessidades. |
| **Quantidade Total Estimada:** 110 (cento e dez) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM II – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES** |
| **Descrição**: sistema de arrefecimento, capotaria, lanternagem, retrovisores, elétrica em geral, trava elétrica, embreagem, freio, injeção eletrônica, lanternagem, manutenções de direção hidráulica, giroscópio, refrigeração, retifica e caixa de marcha, mecânica geral, motor, pintura, plotagem, suspenção, substituição de vidros, faróis, lanterna, lâmpadas, pneus, câmara, aro, fechaduras, chaves, troca de óleo e lubrificantes, de acordo com as necessidades. |
| **Quantidade Total Estimada:** 10 (dez) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM III – MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS** |
| **Descrição**: sistema de arrefecimento, capotaria, lanternagem, retrovisores, elétrica em geral, embreagem, freio, injeção eletrônica, lanternagem, manutenções de direção hidráulica, giroscópio, refrigeração, retifica e caixa de marcha, mecânica geral, motor, pintura, plotagem, suspenção, substituição de vidros, faróis, lanterna, lâmpadas, pneus, câmara, aro, fechaduras, chaves, troca de óleo e lubrificantes, de acordo com as necessidades. |
| **Quantidade Total Estimada:** 22 (vinte e dois) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

**4.1.2 RELAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA PRÓPRIA DA GM-RIO**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **MOTOCICLETAS** | | | | | | |
| **Nº** | **Prefixos** | **Placa** | **Marca** | **Modelo** | **Tipo** | **Ano** |
| 001 | 10143-00 | KPT 2510 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 002 | 10144-00 | KPT 2512 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 003 | 10145-00 | KPT 2515 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 004 | 10146-00 | KPT 2518 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 005 | 10147-00 | KPT 2527 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 006 | 10148-00 | KPT 2528 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 007 | 10149-00 | KPT 2530 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 008 | 10150-00 | LSJ 5510 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 009 | 10151-00 | LUR 5619 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 010 | 10152-00 | KWF 6592 | YAMAHA | LANDER XTZ 250 | MOTOCICLETA | 2012 |
| 011 | 10721-00 | LTC 7644 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 012 | 10722-00 | LTC 7652 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 013 | 10723-00 | KXS 6613 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 014 | 10724-00 | KRY 6699 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 015 | 10725-00 | KRY 6682 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 016 | 10726-00 | LML 7914 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 017 | 10727-00 | LTC 7662 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 018 | 10728-00 | LTC 7678 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 019 | 10729-00 | LTC 7650 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 020 | 10730-00 | LTC 7666 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 021 | 10731-00 | LTC 7633 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 022 | 10732-00 | KXS 6617 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 023 | 10733-00 | LTC 7651 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 024 | 10734-00 | LML 7926 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 025 | 10735-00 | LML 7923 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 026 | 10736-00 | KRY 6680 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 027 | 10737-00 | LTC 7675 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 028 | 10738-00 | KYC 6228 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 029 | 10739-00 | LTC 7641 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 030 | 10740-00 | KYM 7348 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 031 | 10741-00 | LML 7942 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 032 | 10742-00 | KRY 6720 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 033 | 10743-00 | LML 7940 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 034 | 10744-00 | LTP 6842 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 035 | 10745-00 | LML 7947 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 036 | 10746-00 | LTC 7674 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 037 | 10747-00 | KXS 6624 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 038 | 10748-00 | KXS 6641 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 039 | 10749-00 | KYE 6585 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 040 | 10750-00 | LTC 7677 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 041 | 10751-00 | LML 7948 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 042 | 10752-00 | KRY 6725 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 043 | 10753-00 | LTC 7647 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 044 | 10754-00 | LML 7913 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 045 | 10755-00 | LTC 7654 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 046 | 10756-00 | LML 7925 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 047 | 10757-00 | KRY 6673 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 048 | 10758-00 | LTC 7643 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 049 | 10759-00 | LTC 7640 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 050 | 10760-00 | LML 7922 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 051 | 10761-00 | LML 7917 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 052 | 10762-00 | LTJ 6915 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 053 | 10763-00 | LTC 7663 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 054 | 10764-00 | LTC 7639 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 055 | 10765-00 | KRY 6692 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 056 | 10766-00 | KXS 6618 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 057 | 10767-00 | KRY 6687 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 058 | 10768-00 | KRY 6693 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 059 | 10769-00 | KRY 6685 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 060 | 10770-00 | KRY 6688 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 061 | 10771-00 | KRY 6683 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 062 | 10772-00 | LML 7924 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 063 | 10773-00 | KRY 6702 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 064 | 10774-00 | LTC 7668 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 065 | 10775-00 | KXS 6619 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 066 | 10776-00 | KRY 6691 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 067 | 10777-00 | LTL 6860 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 068 | 10778-00 | LTC 7629 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 069 | 10779-00 | LTC 7636 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 070 | 10780-00 | KRY 6678 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 071 | 10781-00 | LTC 7659 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 072 | 10782-00 | KRY 6710 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 073 | 10783-00 | LML 7919 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 074 | 10784-00 | KRY 6713 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 075 | 10785-00 | KRY 6675 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 076 | 10786-00 | LTC 7627 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 077 | 10787-00 | LML 7920 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 078 | 10788-00 | LTC 7657 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 079 | 10789-00 | KRY 6711 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 080 | 10790-00 | LTC 7697 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 081 | 10791-00 | KXS 6639 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 082 | 10792-00 | LML 7932 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 083 | 10793-00 | KRY 6681 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 084 | 10794-00 | KRY 6718 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 085 | 10795-00 | LTC 7698 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 086 | 10796-00 | KRY 6745 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 087 | 10797-00 | LTC 7708 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 088 | 10798-00 | KRY 6730 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 089 | 10799-00 | LML 7935 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 090 | 10800-00 | KRY 6742 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 091 | 10801-00 | KXS 6636 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 092 | 10802-00 | LTC 7701 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 093 | 10803-00 | LTC 7703 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 094 | 10804-00 | KXS 6625 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 095 | 10805-00 | LTC 7673 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 096 | 10806-00 | LTC 7699 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 097 | 10807-00 | LML 7930 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 098 | 10808-00 | LTC 7676 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 099 | 10809-00 | KXS 6627 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 100 | 10810-00 | LML 7943 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 101 | 10811-00 | LTC 7713 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 102 | 10812-00 | LML 7944 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 103 | 10813-00 | KYY 5476 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 104 | 10814-00 | LTC 7693 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 105 | 10815-00 | LML 7J28 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 106 | 10816-00 | KRY 6705 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 107 | 10817-00 | KXS 6614 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 108 | 10818-00 | KRY 6689 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 109 | 10819-00 | LTC 7628 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| 110 | 10820-00 | LTC 7695 | HONDA | XRE 300 | MOTOCICLETA | 2017 |
| **Código do Serviço:** | | | | | | |
| **Quantidade Total Estimada:** 110 (cento e dez) | | | | | | |
| **Valor Unitário Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total em 36 Meses:** | | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **VEÍCULOS LEVES** | | | | | | |
| **Nº** | **Prefixos** | **Placa** | **Marca** | **Modelo** | **Tipo** | **Ano** |
| 001 | 10176-03 | KZO 5192 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2013 |
| 002 | 10177-03 | LTD 5254 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2012 |
| 003 | 10178-03 | LRD 5827 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2013 |
| 004 | 10179-03 | LRD 5828 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2013 |
| 005 | 10180-03 | LRD 5830 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2013 |
| 006 | 10181-03 | LRD 5831 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2012 |
| 007 | 10182-03 | LRD 5835 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2012 |
| 008 | 10183-03 | LLZ 5930 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2012 |
| 009 | 10184-03 | KPV 6763 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2012 |
| 010 | 10185-03 | KWG 8563 | FORD | FIESTA SEDAN FLEX 1.6 | SEDAN | 2013 |
| **Código do Serviço:** | | | | | | |
| **Quantidade Total Estimada:** 10 (dez) | | | | | | |
| **Valor Unitário Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total em 36 Meses:** | | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **VEÍCULOS LEVES - REBOQUE** | | | | | | |
| **Nº** | **Prefixos** | **Placa** | **Marca** | **Modelo** | **Tipo** | **Ano** |
| 001 | 2233-25 | KNT 4298 | REBOQUE | RUSSO 100 CJ 1E | CARRETA DE MOTOS | 2008 |
| **Quantidade Total Estimada:** 01 (um) | | | | | | |
| **Valor Unitário Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total em 36 Meses:** | | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **VEÍCULOS PESADOS** | | | | | | |
| **Nº** | **Prefixos** | **Placa** | **Marca** | **Modelo** | **Tipo** | **Ano** |
| 001 | 2166-51 | LOM 9748 | VW | 17.210 NEOBUS MEGA | ÔNIBUS | 2002 |
| 002 | 2164-08 | LOM 1191 | VW | 7.110 | REBOQUE | 2002 |
| 003 | 2165-08 | LOM 1198 | VW | 13.190 | REBOQUE | 2002 |
| 004 | 2836-51 | LNQ 4427 | VW | 8.120 | CAMINHÃO | 2001 |
| 005 | 2167-51 | LOM 9744 | VW | NEOBUS THANDER | MICROÔNIBUS | 2002 |
| 006 | 2168-51 | LOO 0003 | VW | NEOBUS THANDER | MICROÔNIBUS | 2002 |
| 007 | 2198-51 | JJE 1321 | IVECO | CITY CLASS 6013 IF | MICROÔNIBUS | 2007 |
| 008 | 10351-51 | LRG 1909 | MARCOPOLO | VOL REVESC. MO | MICROÔNIBUS | 2013 |
| 009 | 10352-51 | LMA 5251 | MARCOPOLO | VOL REVESC. MO | MICROÔNIBUS | 2013 |
| 010 | 10353-51 | KYL 8776 | MARCOPOLO | VOL REVESC. MO | MICROÔNIBUS | 2013 |
| 011 | 10354-51 | KPX 9876 | MARCOPOLO | VOL REVESC. MO | MICROÔNIBUS | 2013 |
| 012 | 10355-51 | KRG 7675 | MARCOPOLO | VOL REVESC. MO | MICROÔNIBUS | 2013 |
| 013 | 10708-11 | KRR 2I89 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 014 | 10709-11 | LMJ 4749 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 015 | 10710-11 | LMJ 4753 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 016 | 10711-11 | LSQ 6294 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 017 | 10712-11 | LSQ 6303 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 018 | 10713-11 | LSQ 6304 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 019 | 10714-11 | KYG 6940 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 020 | 10715-11 | LSX 7650 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 021 | 10716-11 | KXE 9302 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| 022 | 10717-11 | KXE 9303 | IVECO FIAT | DAILY VIATUREM | MICROÔNIBUS | 2016 |
| **Código do Serviço:** | | | | | | |
| **Quantidade Total Estimada:** 22 (vinte e dois) | | | | | | |
| **Valor Unitário Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total Mensal:** | | | | | | |
| **Valor Total em 36 Meses:** | | | | | | |

|  |
| --- |
| **VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS: R$ (por extenso)** |

**4.2 GERENCIAMENTO DA FROTA LOCADA**

|  |
| --- |
| **LOTE II** |
| **NOME PADRONIZADO:** Gerenciamento da frota locada de veículos novos, por um período de 36 (trinta e seis) meses**.**  **EXECUÇÃO DO GERENCIAMENTO - DESCRIÇÃO DETALHADA:**  Gestão e controle da frota locada, contemplando locação de ***280 (duzentos e oitenta) veículos*,** definição das oficinas para manutenção preventiva e corretiva dos veículos; verificação da manutenção dos veículos nas oficinas; controle dos veículos em manutenção e acidentados; controle de lavagem de veículos; controle de multas de trânsito dos veículos locados através de emissão de relatórios mensais com os pareceres do DETRAN-RJ quanto ao deferimento ou não dos recursos impetrados, cabendo ressarcimento nos casos devidamente comprovados de indeferimentos; troca de veículos (entrega/devolução e *check list*); verificação no BRAT a culpabilidade do acidente e preparar processo de sinistro; vistoria dos equipamentos obrigatórios dos veículos; apresentar relação dos veículos que deverão se submeter às vistorias do DETRAN-RJ e qualquer outra obrigatória em um prazo mínimo de 7 (sete) dias úteis; condução dos veículos para manutenção preventiva e corretiva, devendo o funcionário estar devidamente uniformizado e portando crachá de identificação; emitir Relatório Mensal de Controle total da frota, que deverá estar devidamente sistematizado e informatizado.  *Obs. A CONTRATADA deverá:*  Realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na requisição de serviços neste Termo de Referência; ter pessoal suficiente para executar os serviços solicitados; se responsabilizar pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores; se responsabilizar, na forma do contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término. A CONTRATADA deverá devolver a viatura com a mesma quantidade de combustível que lhe foi entregue na abertura da Ordem de Serviço, independente do serviço a ser realizado. |
| **Código de Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 1 (um) |
| **Valor Unitário Mensal:** R$ |
| **Valor Total em 36 meses:** R$ |

**4.2.1 LOCAÇÃO DE VEÍCULOS**

|  |
| --- |
| **ITEM I – Motocicleta Operacional Semicaracterizada** |
| **1. Características gerais:**  a) Tipo de uso: on/off road;  b) Motor de 4 tempos;  c) Cilindrada: mínimo de 249 cc;  d) Combustível: etanol e ou gasolina (flex);  e) Motor com injeção eletrônica;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 11 litros;  g) Sistema de partida: elétrico;  h) Transmissão: mínimo de 5 velocidades;  i) Freios a disco nas rodas traseira e dianteira com sistema ABS;  j) Cor predominante branca original de fábrica;  k) Altura do assento: mínimo de 830mm;  l) Pneus: de uso misto on/off road;  m) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém exigidos pelo CONTRAN;  **2. Customização:**  a) Protetor de motor tipo mata-cachorro, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta, onde será fixado;  b) Dispositivo contra linha de pipa;  c) Bagageiro: Confeccionado em estrutura metálica, tubular, reforçado, com pontos de apoio (no mínimo quatro) distribuídos em partes rígidas do semiquadro de sustentação do banco e da rabeta da motocicleta, com capacidade de sustentação comprovada para 12 (doze) quilos, sem provocar torções ou trincas na estrutura do próprio acessório ou no chassi da motocicleta, mesmo quando em movimento;  d) RACK: Suporte de material plástico de alta resistência, fixado ao bagageiro da motocicleta por meio de parafusos e travas, com encaixe para lingueta de fixação do baú, proporcionando o travamento desse último através de tranca com chave. O rack permanecerá fixo na motocicleta e deverá permitir o acoplamento rápido de baú. A peça deverá ser posicionada de forma a não interferir no curso normal da motocicleta, por ocasião da passagem por obstáculos;  e) BAULETO: Em peça única, impermeável, fabricado em polipropileno, na cor preta, com chave única para abertura da tampa. Deverá receber giroscópio em led, interligado ao sistema elétrico da motocicleta, fixado na parte superior. O baú deverá possuir capacidade volumétrica não inferior a 25 (vinte e cinco) litros e capacidade para suportar o equivalente a 10 (dez) quilos de equipamentos.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 05 (cinco) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM II – Motocicleta Operacional para Ações de Inteligência** |
| **1. Características gerais:**  a) Tipo de uso: on/off road;  b) Motor de 4 tempos;  c) Cilindrada: mínimo de 249 cc;  d) Combustível: etanol e ou gasolina (flex);  e) Motor com injeção eletrônica;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 11 litros;  g) Sistema de partida: elétrico;  h) Transmissão: mínimo de 5 velocidades;  i) Freios a disco nas rodas traseira e dianteira com sistema ABS;  j) Cor predominante branca original de fábrica;  k) Altura do assento: mínimo de 830mm;  l) Pneus: de uso misto on/off road;  m) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém exigidos pelo CONTRAN;  **2. Customização:**  a) Protetor de motor tipo mata-cachorro, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta, onde será fixado;  b) Dispositivo contra linha de pipa;  c) Bagageiro: Confeccionado em estrutura metálica, tubular, reforçado, com pontos de apoio (no mínimo quatro) distribuídos em partes rígidas do semiquadro de sustentação do banco e da rabeta da motocicleta, com capacidade de sustentação comprovada para 12 (doze) quilos, sem provocar torções ou trincas na estrutura do próprio acessório ou no chassi da motocicleta, mesmo quando em movimento;  d) RACK: Suporte de material plástico de alta resistência, fixado ao bagageiro da motocicleta por meio de parafusos e travas, com encaixe para lingueta de fixação do baú, proporcionando o travamento desse último através de tranca com chave. O rack permanecerá fixo na motocicleta e deverá permitir o acoplamento rápido de baú. A peça deverá ser posicionada de forma a não interferir no curso normal da motocicleta, por ocasião da passagem por obstáculos;  e) BAULETO: Em peça única, impermeável, fabricado em polipropileno, na cor preta, com chave única para abertura da tampa. Deverá receber giroscópio em led, interligado ao sistema elétrico da motocicleta, fixado na parte superior. O baú deverá possuir capacidade volumétrica não inferior a 25 (vinte e cinco) litros e capacidade para suportar o equivalente a 10 (dez) quilos de equipamentos.  **3. Grafismo:**  Sem aplicação de plotagem. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 06 (seis) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM III – Motocicleta Caracterizada** |
| **1. Características gerais:**  a) Tipo de uso: on/off road;  b) Motor de 4 tempos;  c) Cilindrada: mínimo de 660 cc;  d) Combustível: etanol e ou gasolina (flex);  e) Motor com injeção eletrônica;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 11 litros;  g) Sistema de partida: elétrico;  h) Transmissão: mínimo de 5 velocidades;  i) Freios a disco nas rodas traseira e dianteira com sistema ABS;  j) Cor predominante branca original de fábrica;  k) Altura do assento: mínimo de 830mm;  l) Pneus: de uso misto on/off road;  m) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém exigidos pelo CONTRAN;  **2. Customização:**  a) Protetor de motor tipo mata-cachorro, reforçado, com acabamento em pintura preto fosco ou no padrão original do quadro da motocicleta, onde será fixado;  b) Dispositivo contra linha de pipa;  c) Bagageiro: Confeccionado em estrutura metálica, tubular, reforçado, com pontos de apoio (no mínimo quatro) distribuídos em partes rígidas do semiquadro de sustentação do banco e da rabeta da motocicleta, com capacidade de sustentação comprovada para 12 (doze) quilos, sem provocar torções ou trincas na estrutura do próprio acessório ou no chassi da motocicleta, mesmo quando em movimento;  d) RACK: Suporte de material plástico de alta resistência, fixado ao bagageiro da motocicleta por meio de parafusos e travas, com encaixe para lingueta de fixação do baú, proporcionando o travamento desse último através de tranca com chave. O rack permanecerá fixo na motocicleta e deverá permitir o acoplamento rápido de baú. A peça deverá ser posicionada de forma a não interferir no curso normal da motocicleta, por ocasião da passagem por obstáculos;  e) BAULETO: Em peça única, impermeável, fabricado em polipropileno, na cor preta, com chave única para abertura da tampa. Deverá receber giroscópio em led, interligado ao sistema elétrico da motocicleta, fixado na parte superior. O baú deverá possuir capacidade volumétrica não inferior a 25 (vinte e cinco) litros e capacidade para suportar o equivalente a 10 (dez) quilos de equipamentos.  **3. Grafismo:**  Sem aplicação de plotagem. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 06 (seis) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM IV – Pick up média caracterizada para emprego na atividade operacional** |
| 1. **Características gerais:**   a) Tipo: Caminhonete cabine dupla;  b) Cor: predominante branca original de fábrica;  c) Capacidade para 05 (cinco) passageiros;  d) Combustível: diesel;  e) Motor com injeção direta;  f) Potência líquida mínima de 159 cv;  g) Cilindrada Mínima de 1.950cm3 (2.0 nominal);  h) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  i) Ar condicionado de fábrica;  j) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  l) Tração: mínima 4x2;  m) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 1000 litros;  n) Abertura total dos vidros das portas traseiras do veículo, original de fábrica ou adaptado sob garantia do fabricante do veículo;  o) Comprimento mínimo de 5300 mm; distância entre eixos mínima de 3050 mm; largura mínima de 1855 mm; e altura mínima de 1780 mm;  p) Protetor de cárter e câmbio;  q) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  r) Vidros e travas elétricos nas quatro portas, com acionamento individual para cada porta e completo na porta do motorista;  s) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN;  t) Tomada 12V.   1. **Customização:**   a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Instalação de protetor de caçamba em polietileno na cor preta, com superfície antiderrapante e protetor de borda;  c) Para-choque de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo, em chapa de aço combinado com estrutura tubular, acabamento em pintura epóxi na cor preta;  d) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  e) Fechamento da caçamba com sistema em trek e lona marítima trançada em poliéster;  f) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  g) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 57 (cinquenta e sete) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM V – Pick up média semicaracterizada para emprego na atividade operacional** |
| **1 - Características gerais:**  a) Tipo: Caminhonete cabine dupla;  b) Cor: predominante branca original de fábrica;  c) Capacidade para 05 (cinco) passageiros;  d) Combustível: diesel;  e) Motor com injeção direta;  f) Potência líquida mínima de 159 cv;  g) Cilindrada Mínima de 1.950cm3 (2.0 nominal);  h) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  i) Ar condicionado de fábrica;  j) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  l) Tração: mínima 4x2;  m) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 1000 litros;  n) Abertura total dos vidros das portas traseiras do veículo, original de fábrica ou adaptado sob garantia do fabricante do veículo;  o) Comprimento mínimo de 5300 mm; distância entre eixos mínima de 3050 mm; largura mínima de 1855 mm; e altura mínima de 1780 mm;  p) Protetor de cárter e câmbio;  q) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  r) Vidros e travas elétricos nas quatro portas, com acionamento individual para cada porta e completo na porta do motorista;  s) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN;  t) Tomada 12V.  **2 - Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Instalação de protetor de caçamba em polietileno na cor preta, com superfície antiderrapante e protetor de borda;  c) Para-choque de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo, em chapa de aço combinado com estrutura tubular, acabamento em pintura epóxi na cor preta;  d) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  e) Fechamento da caçamba com sistema em trek e lona marítima trançada em poliéster;  f) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nas portas dianteiras, em ambos os lados. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 05 (cinco) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM VI – Pick up média operacional adaptada para transporte de cães** |
| **1 - Características gerais:**  a) Tipo: Caminhonete cabine dupla;  b) Cor: predominante branca original de fábrica;  c) Capacidade para 05 (cinco) passageiros;  d) Combustível: diesel;  e) Motor com injeção direta;  f) Potência líquida mínima de 159 cv;  g) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  h) Ar condicionado de fábrica;  i) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  j) Tração: mínima 4x2;  k) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 1000 litros;  l) abertura total dos vidros das portas traseiras do veículo, original de fábrica ou adaptado sob garantia do fabricante do veículo;  m) Comprimento mínimo de 5300 mm; distância entre eixos mínima de 3050 mm; largura mínima de 1855 mm; e altura mínima de 1780 mm;  n) Protetor de carter e câmbio;  o) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  p) Vidros e travas elétricos nas quatro portas, com acionamento individual para cada porta e completo na porta do motorista;  q) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2 - Customização:**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Sistema para transporte de cães com carroceria dotada de 04 (quatro) baias individuais, construídos em estrutura tubular de aço 1020 de 30mm x 20mm e 01 mm de espessura, com tela amarrada de 40mm x 40mm, revestido com PVC. Dimensões mínimas de cada baia: altura de 700mm, largura de 640mm e profundidade 1000 mm, revestimento em fibra de vidro ou similar (laterais e divisórias), trinco em todas as portas, base removível para limpeza localizada na parte inferior de cada boxer, em alumínio no mínimo 0,3 mm, revestido com borracha de no mínimo 0,2 mm, pintura das baias na cor cinza com dupla aplicação, 02 (duas) aletas para ventilação localizadas em cada lateral no último vão, e 01 (uma) aleta em cada porta traseira, iluminação fluorescente ou em led para cada um dos boxes, com acionamento próximo a porta traseira. Compartimento traseiro com compartilhamento de ar condicionado/climatizador e dutos para as baias, com isolamento acústico com poliuretano ou similar, de alta densidade, teto revestido em material lavável;  c) Para-choque de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo, em chapa de aço combinado com estrutura tubular, acabamento em pintura epóxi na cor preta;  d) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  e) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  f) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no Padrão da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 01 (uma) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM VII – Pick up média operacional adaptada para defesa ambiental** |
| **1 - Características gerais:**  a) Tipo: Caminhonete cabine dupla;  b) Cor: predominante branca original de fábrica;  c) Capacidade para 05 (cinco) passageiros;  d) Combustível: diesel;  e) Motor com injeção direta;  f) Potência líquida mínima de 159 cv;  g) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  h) Ar condicionado de fábrica;  i) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  j) Tração: 4x4 e 4x4 reduzida com acionamento por alavanca/seletor no interior da cabine do motorista;  k) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 1000 litros.  l) abertura total dos vidros das portas traseiras do veículo, original de fábrica ou adaptado sob garantia do fabricante do veículo;  m) Comprimento mínimo de 5300 mm; distância entre eixos mínima de 3050 mm; largura mínima de 1855 mm; e altura mínima de 1780 mm;  n) Protetor de carter e câmbio;  o) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  p) Vidros e travas elétricos nas quatro portas, com acionamento individual para cada porta e completo na porta do motorista;  q) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2 - Customização:**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Protetor de caçamba em polietileno na cor preta, com superfície antiderrapante instalado;  c) Para-choque de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo, em chapa de aço combinado com estrutura tubular, acabamento em pintura epóxi na cor preta;  d) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  e) instalação de capota de fibra de vidro na cor predominante do veículo, iluminação tipo fluorescente ou led, capacidade de mínima de iluminação de 9W de potência no centro da capota com acionamento na cabine do motorista, resistente a vibração, com 04 (quatro) aletas laterais para ventilação em cada lado da capota, com vidro vigia na parte frontal, com tampa traseira de abertura para cima (modelo jacaré) com sistema de mola a gás para mantê-la aberta e vidro vigia central, com sistema de trinco e chave de abertura externa, mantendo a tampa original da caçamba, com a fixação na caçamba original, com brake light instalado na parte superior da capota, instalação de 01 (um) ventilador e 01 (um) exaustor de teto com acionamento na cabine do motorista, com avaliação prévia através de protótipo por técnico a ser designado pela GM-Rio;  f) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  g) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  I) instalação de Snorkel na cor preto;  J) Guincho Elétrico com capacidade de 3000LBS (1361KG), motor 1HP / 12V, controle com fio (3.7m), transmissão planetária de 1 estágio, taxa de redução da engrenagem de 153:1, espessura/tamanho do cabo de aço de 4mm x 15.2m, tamanho do tambor/rolete: Diâmetro 31.75 mm, comprimento 80 mm, embreagem de anel deslizante, guia do cabo de 4 roletes;  k) engate fixo pino bola removível para reboque;  l) pneus medidas 295/75, aro 16, largura 295mm, perfil 75mm;  m) Faróis de milha;  n) Instalação de santo Antônio com Tubos em aço, envolvendo a capota de fibra de vidro, revestimento preto, 02 (dois) faróis acoplados, tensão 12v, potência 80w no mínimo.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 02 (duas) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM VIII - Pick-up leve caracterizada para emprego na atividade operacional** |
| **1. Características Gerais:**  a) Tipo: Caminhonete;  b) Cor: predominante branca, original de fábrica;  c) Capacidade mínima para 02 (dois) passageiros  d) Combustível: gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis;  e) Potência mínima de 90 Cv;  f) Ar condicionado de fábrica;  g) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  h) Tração: mínima 4x2  i) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 900 litros.  j) Comprimento mínimo de 4430 mm; distância entre eixos mínima de 2660 mm  k) Protetor de carter;  l) Cinto de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  m) Vidros e travas elétricos nas portas, com acionamento individual para cada porta e completo na porta do motorista;  n) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  o) Tomada 12V  **2. Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Instalação de protetor de caçamba em polietileno na cor preta, com superfície antiderrapante e protetor de borda;  c) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  d) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  e) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;    **3) Grafismo:**  Aplicação de plotagem no Padrão da Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 12 (doze) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM IX – Pick up média blindada destinado à representação** |
| **1 - Características gerais:**  a) Tipo: Caminhonete cabine dupla;  b) Cor: predominante preta original de fábrica;  c) Capacidade para 05 (cinco) passageiros  d) Combustível: diesel;  e) Motor com injeção direta;  f) Potência líquida mínima de 159 cv;  g) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  h) Ar condicionado de fábrica;  i) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  j) Tração: 4x4 e 4x4 reduzida com acionamento por alavanca/seletor no interior da cabine do motorista;  k) Caçamba com capacidade mínima volumétrica de 1000 litros.  l) Comprimento mínimo de 5300 mm; distância entre eixos mínima de 3050 mm; largura mínima de 1855 mm; e altura mínima de 1780 mm;  m) Protetor de carter e câmbio;  n) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  o) Travas elétricas nas quatro portas;  p) Equipada com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2 - Customização:**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Faróis auxiliares (faróis de milha) instalados no processo fabril ou homologados pelo fabricante do veículo;  c) Instalação de protetor de caçamba em polietileno na cor preta, com superfície antiderrapante e protetor de borda;  d) Estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  e) Fechamento da caçamba com sistema em trek e lona marítima trançada em poliéster;  f) sistema de som integrado com capacidade para sintonizar estações de rádio AM/FM e entradas USB E aux-in;  g) Veículo adaptado para receber blindagem do tipo IIIA, conforme especificações abaixo:  **3 - Blindagem:**  a) A blindagem deverá ser realizada com nível de proteção III-A, tendo em vista que resiste até ao impacto de munições 9FMJ, com energia cinética de 726 joules, bem como a munições 44 Magnun SWC Chumbo, com energia cinética de 1411 joules, provenientes de revólveres 44 Magnun e inferiores, e deverá ser executada em conformidade com a NBR 15000:2005, NIJ 0108.01 e Portaria Nº 013 - D LOG, de 2002, além de realizar todo o procedimento de autorização para blindagem, bem como o de alteração de dados no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro – DETRAN – RJ, após a blindagem, para incluir nos campos de observações do CRLV e CRV, a característica de “Veículo Blindado”. Caso exigido para esta alteração de dados no DETRAN – RJ, a contratada deverá providenciar a obtenção do CSV – Certificado de Segurança Veicular, em empresa credenciada pelo Inmetro para tal fim, inclusive arcando com o pagamento de taxas e impostos se houver. b) A apresentação de cópia autenticada dos respectivos RETEX – Relatórios Técnicos Experimentais do material utilizado na blindagem.  c) Todo o processo de blindagem do veículo (desmontagem, aplicação das blindagens e remontagem) deverá ser ilustrado, passo a passo, com fotos, de modo que se possa verificar, pela observação das fotos, exatamente qual foi a solução adotada para blindagem de cada ponto do veículo, processos de colocação e fixação dos materiais de blindagem, detalhes dos trechos de superposição de materiais (“overlaps”) e demais processos necessários para a blindagem.  d) Caberá a contratada a blindagem dos habitáculos do veículo, que será incluído: blindagem completa no espaço entre painel e motor, resguardado o curso completo dos pedais de freio e de acelerador, do capô (em manta de aramida), da bateria (somente quando esta ficar fora do alcance do capô), do tanque de combustível, dos para-lamas dianteiro e traseiro e das partes da caixa de roda que não estiverem acobertadas pela blindagem completa do habitáculo, blindagem completa dos vidros do veículo, com exceção do assoalho.  e) Como forma de readequação do veículo ao peso acrescido pela blindagem, a empresa contratada deverá proceder, caso necessário, o ajuste da suspensão (reforço, substituição e etc. do sistema de suspensão) e o redimensionamento do sistema de freios.  f) Durante a blindagem, a empresa deverá observar: o peso total da blindagem não pode elevar a relação peso/potência em nível superior a 12% em relação ao original, de forma que o veículo não perca desempenho demasiadamente;  g) A realização de reforço ou acréscimo de dobradiças nas portas, se necessário, de forma a evitar dificuldades para abertura e fechamento das portas em função do peso acrescido.  h) Caberá ainda à Contratada, após a blindagem: a revisão da geometria e do balanceamento do veículo, caso necessário;  i) A aplicação de película (insulfilm) em todos os vidros do veículo, respeitados os índices de transparência normatizados na Resolução nº 254 do CONTRAN, de 6.10.2007. 10. Todos os materiais utilizados na blindagem devem ser aprovados pelo CETEX – Centro de Tecnologia do Exército.  j) Para a blindagem das partes opacas do veículo, deverão ser utilizados: manta de aramida, emborrachada com neoprene suficiente à proteção balística, as mantas de aramida aplicadas não poderão apresentar fendas ou pontos vulneráveis, aço inoxidável, do tipo 304, com pelo menos 2,5 mm (dois vírgula cinco milímetros) de espessura, de preferência, cortado a laser ou a plasma, aparafusado em aço balístico e tratado contra corrosão na carroceria do veículo, que deverá ser instalado somente onde for tecnicamente impossível aplicar a manta de aramida, como: colunas dianteiras e centrais, contorno do teto, travessa central, maçanetas, fechaduras e retrovisores.  k) Para blindagem das partes transparentes devem ser utilizados vidros blindados com pelo menos 21mm (vinte e um milímetros) de espessura, com película ante estilhaços, ou “spall shield” e aço embutido em suas extremidades e transparência normatizada pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, de modo a não afetar as condições de dirigibilidade e conforto ao dirigir, resguardando abertura mínima de 75% (setenta e cinco por cento) dos vidros dianteiros. Os vidros também não poderão apresentar distorções ópticas, deverão obedecer aos contornos originais do veículo e possuirão antenas incorporadas quando original (rádio, celular, GPS).  l) A instalação nos 5 (cinco) pneus, de cinta de proteção de aço antidestalonamento. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 01 (uma) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |  |
| --- | --- |
| **ITEM X - Micro-ônibus (VAN) destinado à atividade operacional.** | |
| **1. Características gerais:**  a) Cor predominante branca original de fábrica;  b) Capacidade para 15 passageiros, além do motorista;  c) Motor a diesel;  d) Cilindrada mínima de 1950 cm3 (nominal 2.0);  e) Potência liquida mínima de 125 cv;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  g) Ar condicionado de fábrica;  h) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  i) Limpador para-brisas dianteiro com temporizador;  j) Duas portas dianteiras, portas traseiras bipartidas, com abertura mínima de 180º, com travas e dispositivo para abertura por dentro e por fora, porta corrediça na lateral direita, com travas e dispositivo de segurança para abertura por dentro e por fora;  k) Vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, com acionamento individual para cada porta e acionamento completo na porta do motorista;  l) Comprimento mínimo 5997mm; largura mínima 2000m m, altura mínima 2490mm, distância entre eixos mínimo 4035mm;  m) Protetor de carter instalado;  n) Sensor de estacionamento, com identificação de obstáculos próximos ao veículo e aviso sonoro ao motorista quando em marcha ré;  o) Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo dianteiros laterais retrateis de três pontos e os traseiros subabdominais ou de três pontos;  p) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN;  **2. Customização:**  a) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  b) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. | |
| **Código do Serviço:** | |
| **Quantidade Total Estimada:** 26 (vinte e seis) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XI - Micro-ônibus (VAN) destinado a transporte de carga.** |
| **1. Características gerais:**  a) Cor predominante branca original de fábrica;  b) Capacidade de carga útil mínima de 1.510kg;  c) Motor a diesel;  d) Cilindrada mínima de 1950 cm3 (nominal 2.0);  e) Potência liquida mínima de 125 cv;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  g) Ar condicionado de fábrica;  h) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  i) Limpador para-brisas dianteiro com temporizador;  j) Duas portas dianteiras, portas traseiras bipartidas, com abertura mínima de 180º, com travas e dispositivo para abertura por dentro e por fora, porta corrediça na lateral direita, com travas e dispositivo de segurança para abertura por dentro e por fora;  k) Vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, com acionamento individual para cada porta e acionamento completo na porta do motorista;  l) Comprimento mínimo 5997mm; largura mínima 2000m m, altura mínima 2490mm, distância entre eixos mínimo 4035mm;  m) Protetor de carter instalado;  n) Sensor de estacionamento, com identificação de obstáculos próximos ao veículo e aviso sonoro ao motorista quando em marcha ré;  o) Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo dianteiros laterais retrateis de três pontos e os traseiros subabdominais ou de três pontos;  p) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN;  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, nas portas dianteiras, em ambos os lados. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 01 (um) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XII - Micro-ônibus (VAN) operacional adaptado para o transporte de cães.** |
| **1. Características gerais:**  a) Cor predominante branca original de fábrica;  b) Capacidade para 9 passageiros, além do motorista;  c) Motor a diesel;  d) Cilindrada mínima de 1950 cm3 (nominal 2.0);  e) Potência liquida mínima de 125 cv;  f) Capacidade mínima do tanque de combustível: 75 litros;  g) Ar condicionado de fábrica;  h) Direção com assistência hidráulica ou elétrica;  i) Limpador para-brisas dianteiro com temporizador;  j) Duas portas dianteiras, portas traseiras bipartidas, com abertura mínima de 180º, com travas e dispositivo para abertura por dentro e por fora, porta corrediça na lateral direita, com travas e dispositivo de segurança para abertura por dentro e por fora;  k) Vidros e travas elétricas nas portas dianteiras, com acionamento individual para cada porta e acionamento completo na porta do motorista;  l) Comprimento mínimo 5997mm; largura mínima 2000m m, altura mínima 2490mm, distância entre eixos mínimo 4035mm;  m) Protetor de carter instalado;  n) Sensor de estacionamento, com identificação de obstáculos próximos ao veículo e aviso sonoro ao motorista quando em marcha ré;  o) Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo dianteiros laterais retrateis de três pontos e os traseiros subabdominais ou de três pontos;  p) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados e exigidos pelo CONTRAN;  **2. Customização:**  a) Sinalizado visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  b) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  c) Sistema para o transporte de cães: janela interna com trava interna dos dois lados no primeiro vão, piso revestido em chapa de compensado laminado tipo “sumaúma” com espessura mínima de 15mm e fixado na carroceria por meio de rebites de aço, com acabamento de passadeira para piso (auto tráfego) LG granilite ou similar, na cor cinza escuro, o qual é fixado ao compensado por meio de cola adesiva de contato, teto do compartimento traseiro revestido em material lavável, isolamento acústico em poliuretano ou similar, de alta densidade, revestimento interno em FORMIDUR, ou similar, na cor cinza claro, janelas corrediças localizadas no primeiro vão de cada lado, com película escura G5, compartimento traseiro com ar condicionado e dutos para as baias, com 06 (seis) baias individuais, construídos em estrutura tubular em aço 1020 de 30mm x 20mm e 01 mm de espessura, com tela aramada 40mm x 40mm, revestido com PVC, dimensões. mínimas de cada baia: altura 700mm, largura 640mm e profundidade 1000mm, revestimento em “Fiber Glass” ou similar (Laterais e divisórias), trinco em todas as portas, base removível localizado na parte inferior de cada boxer para limpeza, em alumínio no mínimo 0,3mm, revestido com borracha de no mínimo 0,2mm, pintura das baias na cor cinza com dupla aplicação, 02 (duas) aletas para ventilação localizadas em cada lateral no ultimo vão, e 01 (uma) aleta em cada porta traseira, iluminação fluorescente para cada um dos boxes, com acionamento próximo a porta traseira;  d) instalação de para-choques de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo na cor preta semi-brilhante;  e) estribos em alumínio na cor preta, com base antiderrapante;  f) engate para reboque traseiro com as devidas instalações elétricas;  g) gancho para reboque dianteiro na cor preta.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Guarda Municipal do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 02 (dois) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XIII - hatchback caracterizado destinado à atividade operacional** |
| **1) Características Gerais:**  a) Cor predominante branca, original de fábrica;  b) 04 (quatro) portas laterais;  c) Motor localizado na parte dianteira do veículo, funcionamento com gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis, cilindrada nominal de 1.4 litros ou superior;  d) Estar na categoria "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO;  e) Potência específica: mínimo de 77 cv;  f) Distância entre-eixos: mínimo de 2350mm;  g) Capacidade do Porta Malas: mínimo de 270 litros;  h) Direção com assistência elétrica ou hidráulica;  i) Vidros e travas elétricas nas quatro portas;  j) Ar-condicionado original de fábrica;  k) Capacidade para cinco passageiros;  l) Desembaçador do vidro traseiro;  m) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  n) Protetor de cárter;  o) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2. Customização:**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato "ELÍPTICO", "RETANGULAR", "ASA", "BARRA", "PRISMA" ou similar, na cor vermelha (RUBI), com comprimento mínimo de 1000 mm e máximo de 1250 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 450 mm, altura máxima de 140 mm de forma a garantir o menor arrasto aerodinâmico, composto por leds de alta potência, montados em refletores tipo concha ou colimadores distribuídos equitativamente por toda a barra sinalizadora de forma que permita total visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade;  c) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 81 (oitenta e um) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XIV – hatchback semicaracterizado destinado à atividade operacional** |
| **1 - Características gerais:**  a) Cor predominante branca, original de fábrica;  b) 04 (quatro) portas laterais;  c) Motor localizado na parte dianteira do veículo, funcionamento com gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis, cilindrada nominal de 1.4 litros ou superior;  d) Estar na categoria "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO;  e) Potência específica: mínimo de 77 cv;  f) Distância entre-eixos: mínimo de 2350mm;  g) Capacidade do Porta Malas: mínimo de 270 litros;  h) Direção com assistência elétrica ou hidráulica;  i) Vidros e travas elétricas nas quatro portas;  j) Ar-condicionado original de fábrica;  k) Capacidade para cinco passageiros;  l) Desembaçador do vidro traseiro;  m) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  n) Protetor de cárter;  o) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2. Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  b) Sirene eletrônica composta de 01 (um) amplificador de 100 watts de potência e unidade sonofletora única, com no mínimo 06 (seis) tipos de sons, com drive instalado na parte interna do sinalizador, com corneta única, gerando pressão sonora não inferior a 120 dB à 01 (um) metro de distância. Módulo de controle instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização (acústico e visual), dotado de microcontrolador que permite a geração de lampejos luminosos (geração de efeitos luminosos que caracterizam o veículo parado, em deslocamento, em patrulhamento e em emergência), os módulos devem possuir circuito eletrônico que gerencie a corrente aplicada nos leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos leds. O sinalizador deverá ter consumo máximo de energia com todo o sistema luminoso acionado de 13 Ah.  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, nas portas dianteiras em ambos os lados. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 08 (oito) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XV – hatchback Operacional para Ações de Inteligência** |
| **1 - Características gerais:**  a) Cor predominante azul, cinza, bege ou vermelho original de fábrica;  b) 04 (quatro) portas laterais;  c) Motor localizado na parte dianteira do veículo, funcionamento com gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis, cilindrada nominal de 1.4 litros ou superior;  d) Estar na categoria "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO;  e) Potência específica: mínimo de 77 cv;  f) Distância entre-eixos: mínimo de 2350mm;  g) Capacidade do Porta Malas: mínimo de 270 litros;  h) Direção com assistência elétrica ou hidráulica;  i) Vidros e travas elétricas nas quatro portas;  j) Ar-condicionado original de fábrica;  k) Capacidade para cinco passageiros;  l) Desembaçador do vidro traseiro;  m) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  n) Protetor de cárter;  o) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2. Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  **3. Grafismo:**  Sem aplicação de plotagem. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 09 (nove) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XVI - hatchback destinado à atividade administrativa** |
| **1. Características gerais:**  a) Cor predominante branca, original de fábrica;  b) 04 (quatro) portas laterais;  c) Motor localizado na parte dianteira do veículo, funcionamento com gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis, cilindrada nominal de 1.4 litros ou superior;  d) Estar na categoria "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO;  e) Potência específica: mínimo de 77 cv;  f) Distância entre-eixos: mínimo de 2350mm;  g) Capacidade do Porta Malas: mínimo de 270 litros;  h) Direção com assistência elétrica ou hidráulica;  i) Vidros e travas elétricas nas quatro portas;  j) Ar-condicionado original de fábrica;  k) Capacidade para cinco passageiros;  l) Desembaçador do vidro traseiro;  m) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  n) Protetor de cárter;  o) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2. Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, nas portas dianteiras em ambos os lados. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 6 (seis) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

|  |
| --- |
| **ITEM XVII - Sedan destinado à atividade administrativa** |
| **1. Características gerais:**  a) Cor predominante branca, original de fábrica;  b) 04 (quatro) portas laterais;  c) Motor localizado na parte dianteira do veículo, funcionamento com gasolina ou etanol, ou ainda com mistura de ambos os combustíveis, cilindrada nominal de 1.4 litros ou superior;  d) Estar na categoria "A" no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO;  e) Potência específica: mínimo de 77 cv;  f) Distância entre-eixos: mínimo de 2520mm;  g) Capacidade do Porta Malas: mínimo de 450 litros;  h) Direção com assistência elétrica ou hidráulica;  i) Vidros e travas elétricas nas quatro portas;  j) Ar-condicionado original de fábrica;  k) Capacidade para cinco passageiros;  l) Desembaçador do vidro traseiro;  m) Cintos de segurança de três pontas e apoio de cabeça para todos os passageiros, considerando a Resolução CONTRAN Nº 518/2015;  n) Protetor de cárter;  o) Equipado com todos os equipamentos de série não especificados, porém, exigidos pelo CONTRAN.  **2. Customização**  a) Tapetes de borracha antiderrapante no assoalho, na cor preta, para motorista e todos os passageiros;  **3. Grafismo:**  Aplicação de plotagem no padrão da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, nas portas dianteiras em ambos os lados. |
| **Código do Serviço:** |
| **Quantidade Total Estimada:** 05 (cinco) |
| **Valor Unitário Mensal:** |
| **Valor Total Mensal:** |
| **Valor Total em 36 Meses:** |

4.2.2 - Os preços serão ofertados para cada um dos itens acima indicados, com a indicação do valor mensal unitário, e para a quantidade total de cada item, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, valores que serão totalizados para obtenção do valor global correspondente ao custo total dos serviços, com a duração de 36 (trinta e seis) meses.

4.2.3 - Os quantitativos e valores apresentados são apenas uma referência/estimativa do que poderá ser solicitado pela GM-Rio durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, sendo as quantidades contratadas definidas em função das demandas e disponibilidades orçamentarias para cada Unidade Administrativa.

**5. PADRONIZAÇÃO DE PLOTAGENS**

5.1 – Todos os veículos contidos nos Itens I, III, IV, VI, VII, VIII, X, XI, XII e XIII receberão plotagem nas partes laterais, capot, frente, traseira e teto, nos moldes da GM-RIO, conforme layout descrito no anexo, *sujeito a alterações*.

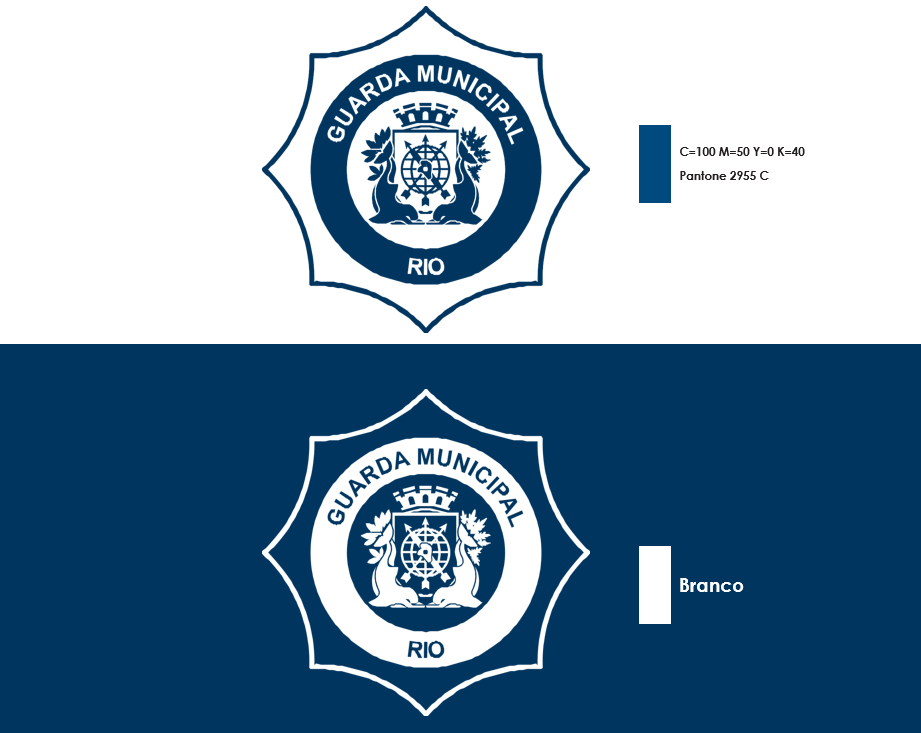
5.1.2 – Os veículos compreendidos nos itens V, XIV, IX, XVI e XVII receberão adesivação nas portas laterais dianteiras, e para-lamas, conforme layout descrito no anexo, *sujeito a alterações*.

5.1.3 - Os veículos englobados nos Itens II e XV estarão isentos de plotagem, devido suas atividades fins de representação e operações de inteligência, respectivamente.

5.1.4 – Todos os adesivos utilizados nos veículos serão fixos, sendo vedado sua retirada, conforme Decreto Municipal nº 40.285/2015.

**5.2 - PADRÃO GM-RIO – *IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS***

*ESTRELA GM CAPOUT TRASEIRA*

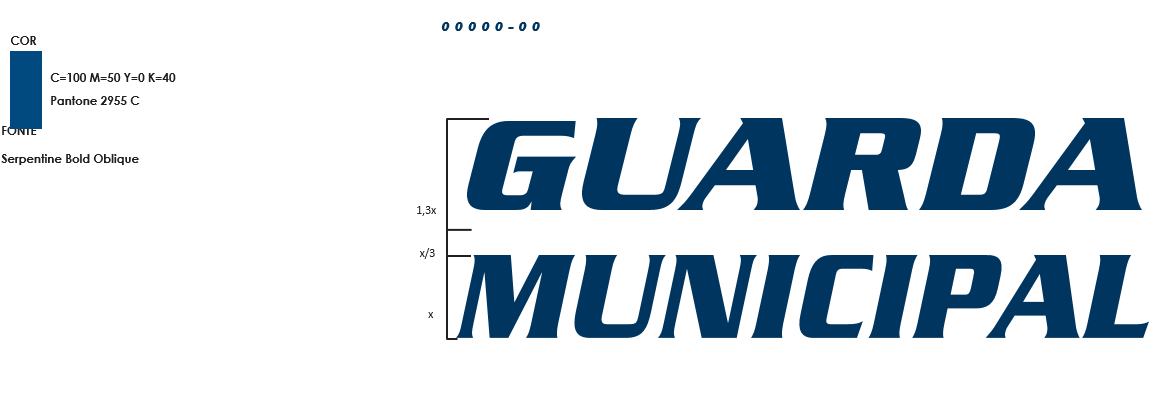


*MARCA PREFEITURA*

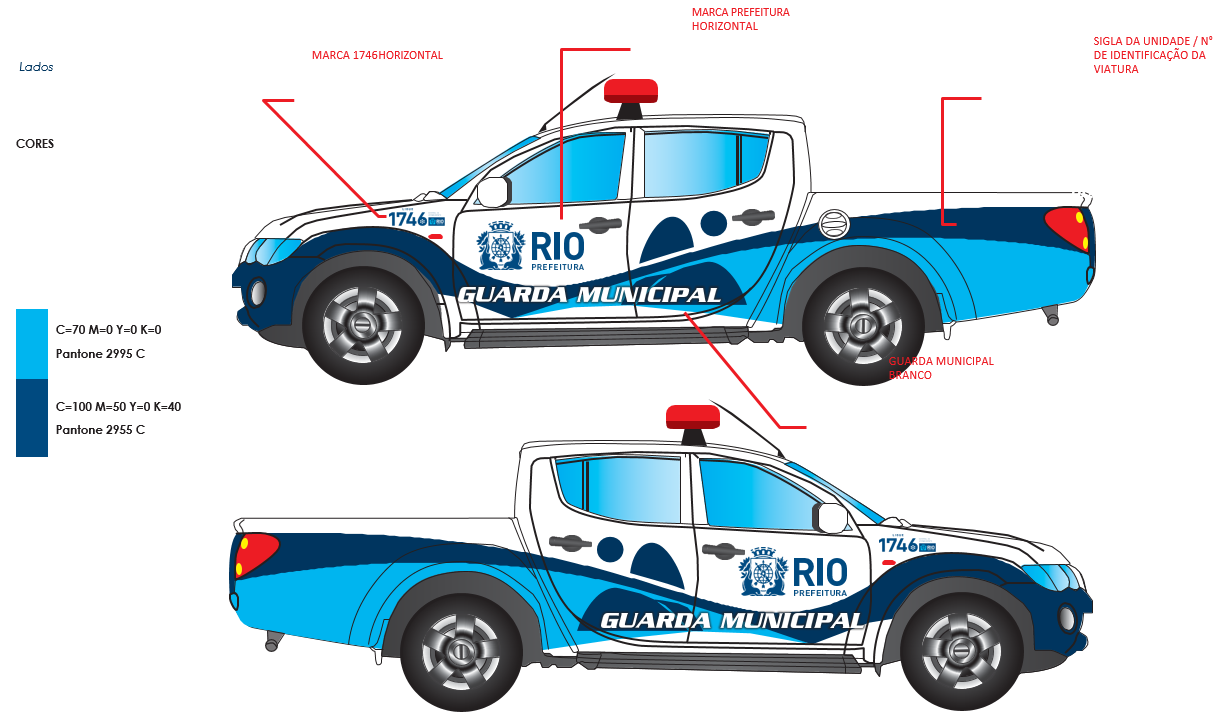


*TEXTOS LATERAIS E TRASEIRA*

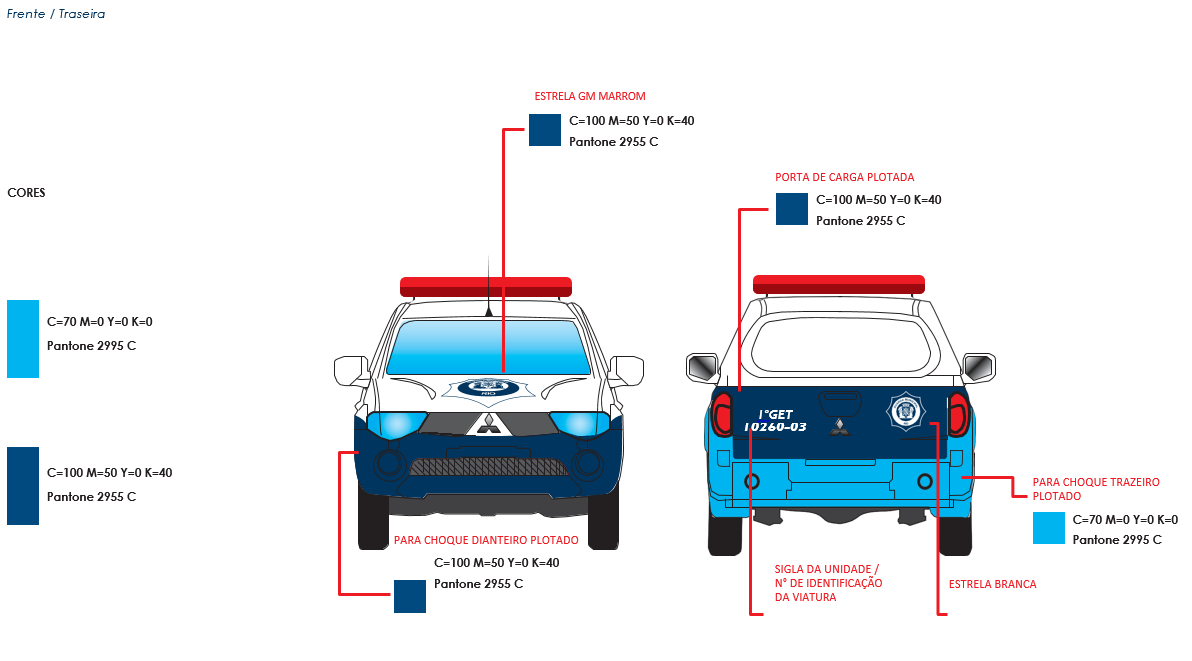
*TEXTO TETO*



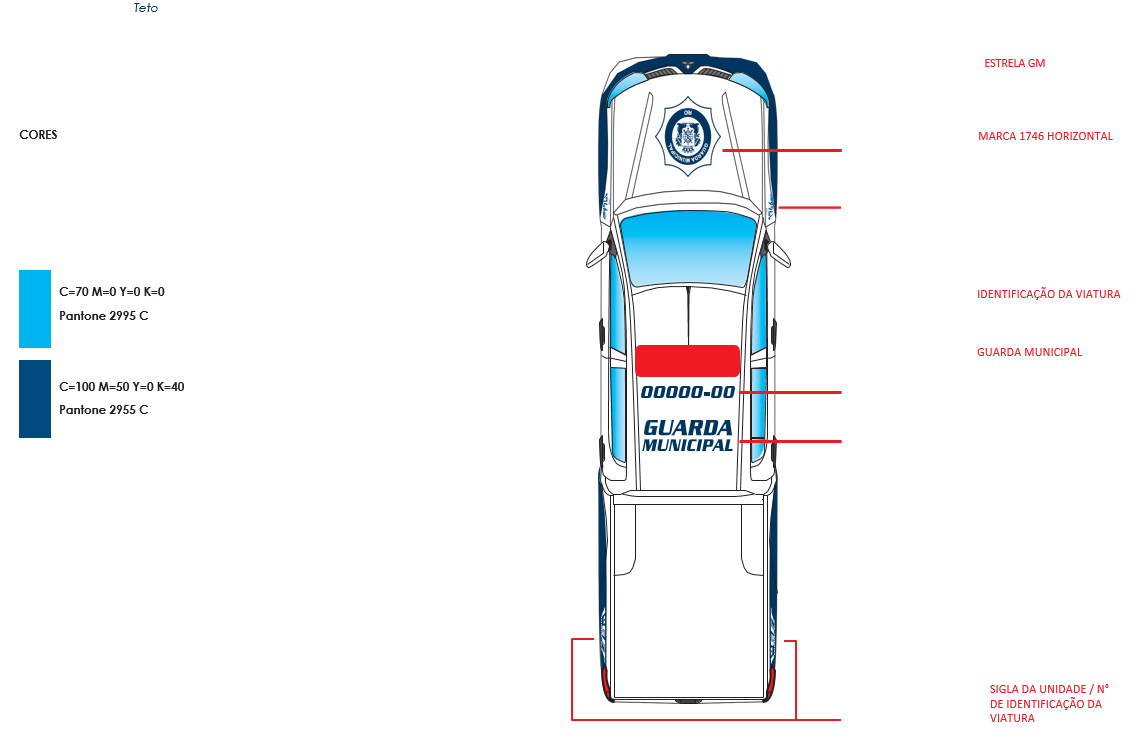
*LADOS*



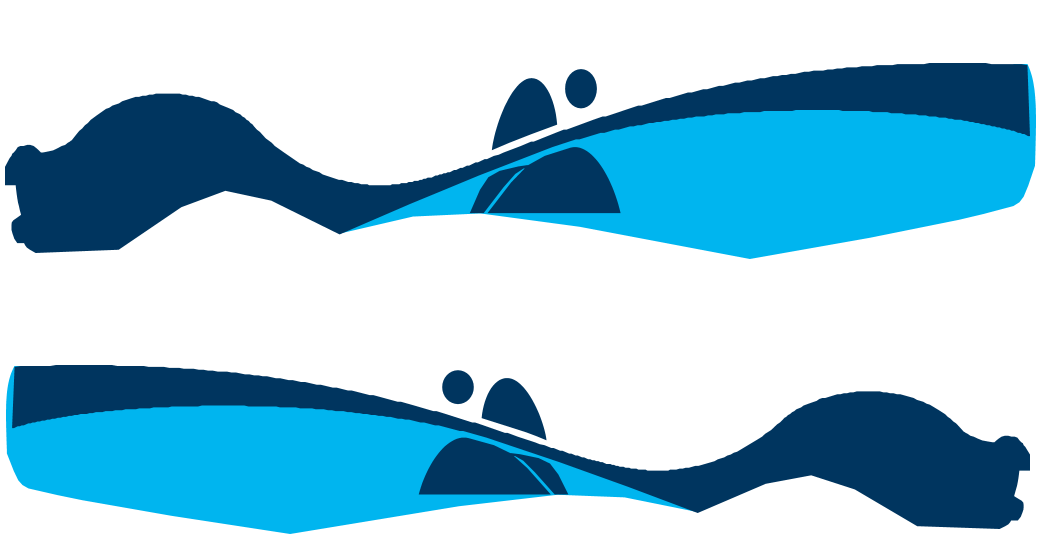
*FRENTE / TRASEIRA*



*TETO*



*ARTE LATERAL*



**5.2 PADRÃO PREFEITURA**

*Portas dianteiras dos veículos administrativos e semicaracterizados,*



**5.3** **DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

Toda a caracterização dos veículos, ao término do contrato, deverá ser retirada e entregue a pelo menos um dos fiscais, que se responsabilizará pela destruição de todo o material, por meio de incineração ou qualquer outro meio que garanta a destruição total dos adesivos.

**6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

6.1-Os veículos deverão ser apresentados nos locais e horários definidos pela GM-Rio, sempre completamente limpos, em perfeito estado de conservação mecânica, interior e de carroceria, e com a inspeção diária de manutenção básica efetuada pela contratada, ou seja, em perfeitas condições para utilização.

6.2 - É de total responsabilidade da CONTRATADA resguardar a imagem da GM-Rio exposta em seus veículos, quando no translado as oficinas ou qualquer outro destino.

**7. UTILIZAÇÃO:**

7.1 - Os veículos objeto deste Termo de Referência destinam-se ao uso nas atividades da GM Rio, buscando maior fluidez e eficiência, seja no planejamento, na operação ou na fiscalização.

**8. DESCONTOS REFERENTES A ATRASOS NA DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS**:

8.1-Fórmula para cálculo de descontos referente a atrasos:

**Valor a descontar = (H/K1) x (M)**

Onde:

H = total de horas não atendidas

M = valor do aluguel mensal unitário

K1 = 720 (veículos de utilização contínua - 24 horas)

8.2 - Os valores de K foram calculados de acordo com a estimativa de utilização horária das viaturas. (24h \* 30dias = 720)

8.3 - Considera-se, para efeito de cálculo, 2 (duas) casas decimais. O arredondamento da segunda casa decimal obedecerá ao seguinte critério:

1. Os valores cuja terceira casa decimal termine em 0, 1, 2, 3 ou 4, terão o valor da segunda casa decimal mantido; e
2. Os valores cuja terceira casa decimal termine em 5, 6, 7, 8 ou 9, terão o valor da segunda casa decimal arredondado para uma unidade decimal imediatamente superior.

**9. A FISCALIZAÇÃO:**

9.1 - A Comissão de Fiscalização, antes da data de início de execução do contrato, efetuará vistoria inicial em toda a frota (incluindo os veículos reserva), nas dependências da CONTRATADA ou em local designado para este fim, objetivando conceder a Ordem de Início dos Serviços, em conformidade com o Edital de Licitação e com a Minuta de Contrato.

9.2 -Na vistoria inicial será feita inspeção total das viaturas quanto à caracterização, estado geral, componentes de segurança, documentação, pneus, etc. Para tal, será usado o formulário modelo “CHECK-LIST”.

9.3- Ocorrerão outras vistorias a serem programadas pela fiscalização, sempre que for necessário avaliar a perfeita execução do contrato, e com base em tais vistorias, a fiscalização poderá sugerir prazos para regularização de quaisquer itens ou a aplicação de penalidades (advertência, multas, etc.) previstas no Edital de Licitação e na Minuta de Contrato.

9.4 -Os veículos que constituirão a reserva *deverão* *ser similar* aos veículos de linha. Serão também inspecionados pela fiscalização da mesma forma e na mesma data prevista para os veículos “de linha”. É vedado à CONTRATADA, o uso de qualquer outro veículo que não tenha sido previamente inspecionado pela fiscalização, sendo passível de desconto no caso de descumprimento;

9.5 - A utilização de veículo reserva deverá ser em substituição ao veículo “de linha”, sendo vedado sua utilização sem esse propósito, não devendo ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias, exceto para as situações de sinistros com perda total ou furto do veículo. Nesse caso a CONTRATADA deverá inserir novo veículo na frota “de linha”, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e providenciar o veículo reserva de mesmo modelo/tipo no prazo máximo de 30 (trinta) dias. O não cumprimento desses prazos será passível de aplicação das sanções contratuais previstas no Edital de Licitação e na Minuta do Contrato;

9.6 - Caso todos os veículos reservas estejam em uso, a CONTRATADA deverá notificar o fato à fiscalização, por escrito, pelos meios formais admitidos (fax, e-mail ou carta), requerendo autorização para inclusão de veículo extraordinário, desde que obedeça aos padrões estabelecidos para os veículos reservas, sendo admitido, nesse caso, o uso pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias. Caso o limite não seja cumprido, fica a contratada sujeita às sanções contratuais, bem como a nulidade dos BDT’s gerados, para efeito de medição.

9.7 - A CONTRATADA deverá programar, sempre que necessário, escala de manutenção preventiva/corretiva, de forma que não atrapalhe a prestação dos serviços contratados.

Rio de Janeiro , de de 2021

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Carlos Dias Cristo

Diretor de Operações

Mat. 632.155-0 / 850.095-1

Aprovo o Termo de Referência

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

José Ricardo Soares da Silva

Inspetor Geral

Mat. 632.703-5 / 850.401-1

**ANEXO II**

**QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **REAJUSTE CONTRATO VIGENTE** | | | | | | |
| **LOCAÇÃO** | | | | | | |
| **VEÍCULO** | **2017** | | | **MÉDIA IPCAE 2018/20129/2020** | | **2021** |
|  | **QTD** | **VALOR** | **TOTAL** | **IGPM** | **VALOR** | **PREÇO TOTAL** |
| MOTO 300 CC | 5 | R$ 1.310,00 | R$ 6.550,00 | 3,98% | R$ 1.362,14 | R$ 6.810,69 |
| MOTO 300 CC | 6 | R$ 1.310,00 | R$ 7.860,00 | 3,98% | R$ 1.362,14 | R$ 8.172,83 |
| MOTO 660 CC | 6 | R$ 2.018,00 | R$ 12.108,00 | 3,98% | R$ 2.098,32 | R$ 12.589,90 |
| HACTH OPERACIONAL | 81 | R$ 1.786,00 | R$ 144.666,00 | 3,98% | R$ 1.857,08 | R$ 150.423,71 |
| HACTH OPERACIONAL SEMIDESCARACTERIZADO | 8 | R$ 1.786,00 | R$ 14.288,00 | 3,98% | R$ 1.857,08 | R$ 14.856,66 |
| HACTH OPERACIONAL DESCARACTERIZADO | 9 | R$ 1.786,00 | R$ 16.074,00 | 3,98% | R$ 1.857,08 | R$ 16.713,75 |
| HACTH ADMINISTRATIVO | 6 | R$ 1.730,00 | R$ 19.030,00 | 3,98% | R$ 1.798,85 | R$ 19.787,39 |
| SEDAN ADMINISTRATIVO | 5 | R$ 2.135,00 | R$ 10.675,00 | 3,98% | R$ 2.219,97 | R$ 11.099,85 |
| PICKUP MÉDIA LEVE | 12 | R$ 2.042,00 | R$ 24.504,00 | 3,98% | R$ 2.123,27 | R$ 25.479,26 |
| PICKUP OPERACIONAL CARACTERIZADA | 57 | R$ 4.597,00 | R$ 262.029,00 | 3,98% | R$ 4.779,96 | R$ 272.457,75 |
| PICKUP OPERACIONAL SEMICARACTERIZADA | 5 | R$ 4.597,00 | R$ 22.985,00 | 3,98% | R$ 4.779,96 | R$ 23.899,80 |
| PICKUP ADAPTADA PARA CÃES | 1 | R$ 4.928,00 | R$ 4.928,00 | 3,98% | R$ 5.124,13 | R$ 5.124,13 |
| PICKUP ADAPTADA PARA GDA | 2 | R$ 4.928,00 | R$ 9.856,00 | 3,98% | R$ 5.124,13 | R$ 10.248,27 |
| PICKUP ADAPTADA PARA BLINDADA | 1 | R$ 7.378,00 | R$ 7.378,00 | 3,98% | R$ 7.671,64 | R$ 7.671,64 |
| VAN | 26 | R$ 5.359,00 | R$ 139.334,00 | 3,98% | R$ 5.572,29 | R$ 144.879,49 |
| VAN ADAPTADA | 1 | R$ 5.359,00 | R$ 5.359,00 | 3,98% | R$ 5.572,29 | R$ 5.572,29 |
| VAN ADAPTADA | 1 | R$ 5.717,00 | R$ 5.717,00 | 3,98% | R$ 5.944,54 | R$ 5.944,54 |
| **MANUTENÇÃO** | | | | | | |
| LANDER 250 | 10 | R$ 416,00 | R$ 4.160,00 | 3,98% | R$ 432,56 | R$ 4.325,57 |
| VEÍCULO LEVE | 10 | R$ 655,00 | R$ 6.550,00 | 3,98% | R$ 681,07 | R$ 6.810,69 |
| REBOQUE | 1 | R$ 655,00 | R$ 655,00 | 3,98% | R$ 681,07 | R$ 681,07 |
| VEÍCULO PESADO | 22 | R$ 893,00 | R$ 19.646,00 | 3,98% | R$ 928,54 | R$ 20.427,91 |
| XR 300 | 100 | R$ 416,00 | R$ 41.600,00 | 3,98% | R$ 432,56 | R$ 43.255,68 |
|  |  |  |  |  | **TOTAL MENSAL** | **R$ 809.618,36** |
|  |  |  |  |  | **TOTAL 36 MESES** | **R$ 29.146.260,96** |

**ANEXO III**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - GMRIO – GUARDA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO Nº /**

**VALIDADE: / /**

Aos dias do mês de dos anos de do anos de

, na (endereço do Órgão licitante), o Município do Rio de Janeiro, por meio do (órgão da Administração Direta) ou a (entidade da Administração Indireta), nos termos das normas de caráter geral das Leis Federais n° 10.520/02 e nº 8.666/93, dos Decretos Municipais n° 23.957/04 e 30.538/09, da Lei Complementar Federal nº 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, do Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, da Lei Complementar Municipal nº 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, da Lei Municipal nº 2.816/99, e dos Decretos Municipais nº 17.907/99, 18.835/00, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 27.715/07, 31.349/09, 37.071/13,40.286/15 e 43.612/2017, com suas alterações posteriores e o Decreto Municipal nº 40.285/2015, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP - GUARDA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO nº \_\_\_\_/2021, realizado por meio do processo administrativo nº 01/704.853/2019 , homologado em e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – DO Rio de / / , RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem

# CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, conforme especificações e quantidades constantes no presente Termo de Referência, Anexo I do Edital.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **QUANTIDADE**  **ESTIMADA** | | | | |
|  | | |  |  |
|  | |  |  |
|  |  |  | | | | |
| **EMPRESA** | | **PREÇO**  **UNITÁRIO** | | | **PREÇO**  **TOTAL** | |
|  | |  | | |  | |
| REPRESENTANTE LEGAL: | | | | | | |
| CPF: | | | | | | |
| RG: | | | | | | |

# CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

# CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo Único - Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

1. o número da Ata;
2. a descrição do serviço;
3. o local de entrega e hora;
4. o valor da requisição;
5. as condições de pagamento;
6. as penalidades;
7. a garantia contratual.

# CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando- se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente do(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A empresa beneficiária deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na prestação do serviço, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VIII, e outros documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O prazo máximo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à empresa beneficiária para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à empresa beneficiária, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do(a) CONTRATANTE.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à empresa beneficiária através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo(a) CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Décimo - Observar o item 10 do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e seus subitens.

# CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A prestação dos serviços obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos serviços e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro - A prestação dos serviços será precedida de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário "ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO", que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para prestação no local indicado.

Parágrafo Quarto - A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da "ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO", devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto - As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo - No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo - A aceitação dos serviços pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou

qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono - Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo - O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

# CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro – Pelo descumprimento total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e 87 da Lei Federal n° 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

1. Advertência;
2. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato;
3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso, e, respectivamente, nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do parágrafo primeiro desta

Cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do parágrafo primeiro desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do parágrafo segundo desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do parágrafo primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Quarto – A sanção prevista nas alíneas “e” do parágrafo primeiro poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

1. sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do parágrafo primeiro desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a empresa beneficiária de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à empresa beneficiária mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que a autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

# CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem empresas registradas e, por iniciativa da Administração, quando determinado pelo interesse público.

Parágrafo Primeiro – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos: I - Por iniciativa da Administração:

1. quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
2. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
3. quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar incompatível com aqueles praticados no mercado;
4. por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Segundo - O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

# CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

# CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – GM-RIO – GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO Nº \_\_\_\_\_\_/2021 e as propostas de preço das licitantes vencedoras domencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ( ) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, de de 20 .

PREGOEIRO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA BENEFICIÁRIA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

# ANEXO IV

**(MODELO)**

**ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**

**OES Nº /**

**À**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EMPRESA:** | | |
| **ENDEREÇO:** | | |
| **CNPJ:** | **TELEFONE:** | **TELEFONE:** |
| **N° DO BANCO:** | **AGÊNCIA:** | **CONTA CORRENTE:** |

Solicitamos a Vossa Senhoria prestar os serviços abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PE- GM Nº 000/2021** e/ou do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº 01/704.853/2019 de 19/11/2019, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema**.**

# OBJETO

O objeto da presente ordem de execução é o **REGISTRO PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, conforme as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO - PE/ RP *-* Nº 000/2021** e/ou do Termo de Referência.

# EXECUÇÃO

O serviço deverá ser prestado a GM-RIO - Guarda Municipal do Rio de Janeiro, pelo prazo de meses, a partir do dia \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

# OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

1. Prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e na Proposta;
2. Refazer o serviço, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e sem qualquer ônus para Requisitante, caso seja constatada a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no Termo de Referência;
3. Atender as determinações e exigências formuladas pelo Requistante;
4. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução deste instrumento;
5. Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO PE/RP Nº \_\_\_\_ /2021, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

# DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando- se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na GM-RIO – Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quarto – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na GM-RIO - Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

# DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Execução de Serviço, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao **PREGÃO ELETRÔNICO PE/ RP Nº /2021.**

Rio de Janeiro, de de .

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

# AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Ratifico que a prestação do serviço solicitada pelo requisitante encontra-se em consonância com a expectativa (máxima) de execução de serviço informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, de de .

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO GERENCIADOR

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

# ANEXO V

**MINUTA DE CONTRATO**

**(PE-RP - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio do GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, como CONTRATANTE, e a \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, como CONTRATADA, para prestação de serviços na forma abaixo.

Aos dias \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_do ano de \_\_\_\_, na Av. Pedro II, n.º 111, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, a GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – GM-RIO, inscrita no CNPJ sob o n.º 011.239.018/0001-67, a seguir CONTRATANTE, representado pelo Ilmo. Sr. José Ricardo da Silva Soares , Inspetor Geral da Guarda Municipal do Rio de Janeiro – GM-RIO e a sociedade\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [endereço da sociedade adjudicatária], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado **PREGÃO ELETRÔNICO PE-RP** – GM-RIO Nº 000/2021, realizado por meio do processo administrativo nº 01/704.853/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral das Leis Federais n° 10.520/02 e nº 8.666/93, pelo Decreto Municipal n° 30.538/09, pela Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro - CAF, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado - RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 111/11 - Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pela Lei Municipal nº 2.816/99, e pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 18.835/00, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 27.715/07, 31.349/09, 40.285/15, 40.286/15, 43.612/17, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

O objeto do presente Contrato é **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO ATENDER O SERVIÇO DE GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, INCLUINDO OS SEGUINTES ITENS: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA DE VEÍCULOS JÁ EXISTENTES, POR UM PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES**, conforme as especificações constantes do Edital e/ou Termo de Referência (ANEXO II).

Parágrafo Único – Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 01/704.853/2019, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR**

O valor total do presente Contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_reais), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ reais).

**CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor da contratante.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão de obra] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação da despesa aplicáveis.

Parágrafo Quinto – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor da contratante.

Parágrafo Sexto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor da contratante e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Oitavo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor da contratante.

Parágrafo Nono – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

**CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da sua assinatura.

Parágrafo Primeiro: Os preços serão reajustados de acordo com a variação do

Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

R = Po [(I-Io)/Io]

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da assinatura do

Contrato;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

**CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do Subsecretário de Gestão da Secretaria Municipal de Ordem Pública. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à

Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no valor de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A Guarda Municipal do Rio de Janeiro se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de rescisão decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Parágrafo Quarto – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Sexto – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

Parágrafo Sétimo – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO**

O prazo para prestação dos serviços será de 24 (vinte e quatro) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, ou até que se conclua nova licitação, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços continuados, o contrato poderá ser prorrogado na forma do artigo 57, II ou IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e das demais normas aplicáveis.

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

V – substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo

CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:

**a)** em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

**b)** no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

**c)** as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

**d)** eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07, no que couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização dos serviços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

A aceitação do objeto deste contrato se dará mediante a avaliação da Comissão de Fiscalização prevista na cláusula sexta, que constatará se os serviços atendem a todas as especificações contidas no Edital e seus Anexos, e na Proposta que ensejou a presente contratação.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORÇA MAIOR**

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas nos artigos 7º da Lei Federal 10.520/02 e 87 da Lei Federal n° 8.666/93 e art. 589 do RGCAF:

**a)** Advertência;

**b)** Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;

**c)** Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;

**d)** Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**e)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, nos casos das alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e no caso da alínea “e” do caput desta Cláusula, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Terceiro – A sanção prevista na alínea “e” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada às licitantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

(a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

(b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

(c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Sétimo – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Oitavo – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Nono – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Décimo Primeiro – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Décimo Segundo – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula é da competência da GMRIO. e da alínea “e” é da competência exclusiva da GMRIO.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

**a)** Recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior ou da ciência da decisão de rescisão do Contrato;

**b)** Pedido de Reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

**c)** Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – RESCISÃO**

O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Segundo – Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Quarta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

a) a devolução da garantia;

b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;

a) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;

b) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas aos serviços medidos e aceitos até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da GM-RIO e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Código de Despesa\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, tendo sido empenhada a importância de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por meio da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foram licitados os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.

c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na GM-RIO – Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TESTEMUNHA

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

# ANEXO VI

**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO MUNICIPAL Nº 23.445/03**

(em papel timbrado da empresa)

Ref. Licitação n° /

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

* CNPJ sob o n° , por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a) , portador(a) da carteira de identidade n° e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o n° , DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal n° 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Rio de Janeiro, de de .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

# ANEXO VII MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE I - MANUTENÇÃO VEÍCULOS FROTA PRÓPRIA** | | | | | | | |
| **MODELOS** | **ATUAÇÃO** | **Preço Unitário Atual** | | | **QTD** | **Preço Total Mensal** | **Preço Total 36 Meses** |
| MOTOCICLETA XTZ 250cc | OPERACIONAL | R$ | | | **10** | R$ | R$ |
| MOTOCICLETA XRE 300cc | OPERACIONAL | R$ | | | **100** | R$ | R$ |
| FIESTA SEDAN 1.6 | OPERACIONAL | R$ | | | **10** | R$ | R$ |
| REBOQUE RUSSO | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| VW 9150 OD | OPERACIONAL | R$ | | | **2** | R$ | R$ |
| CLASS 6013 IF | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| REBOQUE GRANDE VW 13.190 | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| REBOQUE PEQUENO VW 7.110 | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| CAMINHÃO VW 7.110 | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| ÔNIBUS VW 17210 OD | OPERACIONAL | R$ | | | **1** | R$ | R$ |
| IVECO FIAT DAILY VIATUREM | OPERACIONAL | R$ | | | **10** | R$ | R$ |
| MICROONIBUS MARCOPOLO | OPERACIONAL | R$ | | | **5** | R$ | R$ |
| **Total** | | **R$** | | | **143** | **R$** | **R$** |
| **LOTE II - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS** | | | | | | | |
| **MODELOS** | **ATUAÇÃO** | | **Preço Unitário Atual** | **QTD** | | **Preço Total Mensal** | **Preço Total 36 Meses** |
| MOTOCICLETA SEMIDESCARACTERIZADA 300cc | OPERACIONAL | | R$ | **5** | | R$ | R$ |
| MOTOCICLETA DESCARACTERIZADA 300cc | ADMINISTRATIVO | | R$ | **6** | | R$ | R$ |
| MOTOCICLETA CARACTERIZADA 750CC | OPERACIONAL | | R$ | **6** | | R$ | R$ |
| PICK-UP LEVE CARACTERIZADA | OPERACIONAL | | R$ | **12** | | R$ | R$ |
| PICK-UP MÉDIA CARACTERIZADA | OPERACIONAL | | R$ | **57** | | R$ | R$ |
| PICK-UP MÉDIA SEMICARACTERIZADA | OPERACIONAL | | R$ | **5** | | R$ | R$ |
| PICK-UP MÉDIA CARACTERIZADA ADAPTADA (CANIL) | OPERACIONAL | | R$ | **1** | | R$ | R$ |
| PICK-UP MÉDIA CARACTERIZADA ADAPTADA (GDA) | OPERACIONAL | | R$ | **2** | | R$ | R$ |
| PICK-UP MÉDIA BLINDADA | REPRESENTAÇÃO | | R$ | **1** | | R$ | R$ |
| HACTH CARACTERIZADO | OPERACIONAL | | R$ | **81** | | R$ | R$ |
| HACTH SEMICARACTERIZADO | OPERACIONAL | | R$ | **8** | | R$ | R$ |
| HACTH DESCARACTERIZADO | OPERACIONAL RESERVADO | | R$ | **9** | | R$ | R$ |
| HACTH SEMICARACTERIZADO | ADMINISTRATIVO | | R$ | **6** | | R$ | R$ |
| SEDAN SEMICARACTERIZADO | ADMINISTRATIVO | | R$ | **5** | | R$ | R$ |
| MICRO-ÔNIBUS VAN | OPERACIONAL | | R$ | **26** | | R$ | R$ |
| MICRO-ÔNIBUS VAN ADAPTADA (CANIL) | OPERACIONAL | | R$ | **2** | | R$ | R$ |
| FIAT DUCATO CARGO | OPERACIONAL | | R$ | **1** | | R$ | R$ |
| **Total** | | | **R$** | R$ | | **R$** | **R$** |
| **TOTAL GERAL** | | | **R$** | R$ | | **R$** | **R$** |

# ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA**

(em papel timbrado da empresa)

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à GM-RIO, que o pagamento dos salários e dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários (competência \_\_mês/\_\_ano) referentes aos empregados vinculados à execução do objeto contratado por meio do **PE-RP GM-RIO n° XXX/2021** encontram-se regularmente quitados.

Conforme previsto no subitem 14 D do edital de **PE-RP GM-RIO n° XXX/2021**, encaminho em anexo o comprovante de pagamento das guias de FGTS e INSS relativas ao \_\_mês/\_\_ano.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

# ANEXO IX

**DECLARAÇÃO REF. AO ARTIGO 9º, III, DA LEI N**º **8.666/93 E ARTIGO 2º,**

**PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO MUNICIPAL N**º **19.381/01**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n° .

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não possuímos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do quadro técnico que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação, nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93, e que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos

12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Municipal nº 19.381/01.

Rio de Janeiro, de de .

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

# ANEXO X

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017**

**(MODELO)**

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, de de .

AGENTE PÚBLICO (Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)

# ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA DECRETO MUNICIPAL Nº 43.562/2017**

**(MODELO)**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela 3 prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, de de .

AGENTE PÚBLICO (Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA (Nome, cargo e carimbo da empresa)